



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Conselho Superior

Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pouso Alegre – 37550-000 - Pouso Alegre/MG
Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 041/2016, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação da alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente - Campus Inconfidentes.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelos Decretos de 12 de agosto de 2014, DOU nº 154/2014 – seção 2, página 2 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 28 de junho de 2016, **RESOLVE:**

Art. 1º- **Aprovar** a alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente - Campus Inconfidentes. (Anexo)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 28 de junho de 2016.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



**Projeto Pedagógico do Curso
Técnico em Meio Ambiente
- Subsequente -**

**INCONFIDENTES - MG
2016**

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

PRESIDENTE DA REPÚBLICA INTERINO
Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcos Antônio Viegas Filho

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Carlos Alberto Machado Carvalho

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
José Mauro Costa Monteiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
José Luiz de Andrade Rezende Pereira

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cléber Ávila Barbosa

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

Conselho Superior

Presidente do Conselho Superior do IFSULDEMINAS

Reitor Marcelo Bregagnoli

Representantes da SETEC/MEC

Paulo Rogério Araújo Guimarães e Marcelo Machado Feres

Representantes Diretores Gerais dos *Campi*

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino – *Campus* Inconfidentes

Carlos Henrique Rodrigues Reinato – *Campus* Machado

Luiz Carlos Machado Rodrigues – *Campus* Muzambinho

João Paulo de Toledo Gomes – *Campus* Passos

Thiago Caproni Tavares – *Campus* Poços de Caldas

Marcelo Carvalho Bottazzini – *Campus* Pouso Alegre

Francisco Vitor de Paula – *Campus* Avançado de Três Corações

João Olympio de Araújo Neto – *Campus* Avançado de Carmo de Minas

Representantes do Corpo Docente

Lidiane Teixeira Xavier e João Paulo Lopes – *Campus* Inconfidentes

Letícia Sepini Batista e Luciano Pereira Carvalho – *Campus* Machado

Evane da Silva e Raul Henrique Sartori – *Campus* Muzambinho

Beatriz Glória Campos Lago e Renê Hamilton Dini Filho – *Campus* Passos

Flávio Santos Freitas e Rodrigo Lício Ortolan – *Campus* Poços de Caldas

Marco Aurélio Nicolato Peixoto e Ricardo Aparecido Avelino – *Campus* Pouso Alegre

Representantes do Corpo Discente

Arthur Dantas Rocha e Douglas Montanheiro Costa – *Campus* Inconfidentes

Adriano Viana e Luis Gustavo Alves Campos – *Campus* Machado

Washington Bruno Silva Pereira e João Mario Andreazzi Andrade – *Campus*
Muzambinho

Washington dos Reis e Talita Maiara Silva Ribeiro – *Campus* Passos

João Paulo Teixeira e Pedro Brandão Loro – *Campus* Poços de Caldas

Guilherme Vilhena Vilas Boas e Samuel Artigas Borges – *Campus* Pouso Alegre

Representantes Técnico Administrativo

Eustáchio Carneiro e Marcos Roberto dos Santos – *Campus* Inconfidentes

Antônio Marcos de Lima e Alan Andrade Mesquita – *Campus* Machado

Lucinei Henrique de Castro e Sandro Soares de Penha - *Campus* Muzambinho

Clayton Silva Mendes e Filipe Thiago Vasconcelos Vieira – *Campus* Passos

Nelson de Lima Damião e Anderson Luiz de Souza – *Campus* Poços de Caldas

Xênia Souza Araújo e Sueli do Carmo Oliveira – *Campus* Pouso Alegre

Representantes Egressos

Renan Andrade Pereira e Leonardo de Alcântara Moreira – *Campus* Inconfidentes

Christoffer Carvalho Vitor e Aryovaldo M. D'Andrea Júnior – *Campus* Machado

Adolfo Luis de Carvalho e Jorge Vanderlei Silva – *Campus* Muzambinho

Wilson Borges Bárbara e Lúcia Maria Batista – *Campus* Passos

Márcia Scodeler e Silma Regina de Santana – *Campus* Pouso Alegre

Representantes das Entidades Patronais

Neusa Maria Arruda e Rodrigo Moura

Antônio Carlos Oliveira Martins e Jorge Florêncio Ribeiro Neto

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Vilson Luis da Silva e José de Oliveira Ruela

Célio Antônio Leite e Idair Ribeiro

Representantes do Setor Público ou Estatais

Pedro Paulo de Oliveira Fagundes e Jésus de Souza Pagliarini

Murilo de Albuquerque Regina e Joaquim Gonçalves de Pádua

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

Diretores de *Campus*

Campus Inconfidentes

Miguel Angel Isaac Toledo del Pino

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Luiz Carlos Machado Rodrigues

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Marcelo Carvalho Bottazzini

Campus Avançado de Três Corações

Francisco Vítor de Paula

Campus Avançado de Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

COORDENADOR DO CURSO

Ademir José Pereira

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES

Ademir José Pereira
Lilian Vilela Andrade Pinto
Selma Gouvêa de Barros

PEDAGOGOS

Cleonice Maria da Silva
Fabio Brazier

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Rafael Gomes Tenório

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

Docente	Titulação	Formação
Ademir José Pereira	Doutor	Engenheiro Agrônomo
Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestre	Letras
José Hugo de Oliveira	Mestre	Letras
Kátia Regina de Carvalho Balieiro	Doutora	Médica Veterinária
Luiz Carlos Dias da Rocha	Doutor	Engenheiro Agrônomo
Lilian Andrade Vilela Pinto	Doutora	Engenharia Florestal
Mark Pereira dos Anjos	Mestre	Direito
Sindynara Ferreira	Doutora	Engenheiro Agrônomo

SUMÁRIO

1.	DADOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.1	IFSULDEMINAS - Reitoria	10
1.2	Entidade Mantenedora	10
1.3	IFSULDEMINAS – <i>Campus</i> Inconfidentes	11
2.	DADOS GERAIS DO CURSO	11
3.	HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	12
4.	CARACTERIZAÇÃO DO <i>CAMPUS</i>	13
5.	APRESENTAÇÃO DO CURSO	16
6.	JUSTIFICATIVA	18
7.	OBJETIVOS DO CURSO	21
7.1	Objetivo Geral	21
7.2	Objetivos Específicos	21
8.	FORMAS DE ACESSO	22
8.1	Cancelamento de matrícula e evasão	22
9.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	23
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	24
10.1	Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	26
10.2	Representação gráfica do perfil de formação	27
10.3	Matriz Curricular	27
11.	EMENTÁRIO	30
12.	METODOLOGIA	56
13.	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	58
14.	ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC/ATIVIDADES COMPLEMENTARES)	59
15.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	59
15.1	Da Frequência	60
15.2	Da Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	61
15.3	Do Conselho de Classe	63
15.4	Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	64
15.4.1	Terminalidade Específica	64
15.4.2	Flexibilização Curricular	66
16.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	66
17.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	67
18.	APOIO AO DISCENTE	67
18.1	Atendimento a pessoas com Deficiências ou com Transtornos Globais	69
19.	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	69
20.	MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	69
21.	MECANISMOS DE INTERAÇÃO	70
22.	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	70

23.	CORPO DOCENTES E ADMINISTRATIVO	70
23.1	Atuação do coordenador	70
23.2	Corpo Docentes	70
23.3	Corpo Administrativo	72
24.	INFRAESTRUTURA	73
24.1	Biblioteca, Instalações e Equipamentos	73
24.2	Laboratórios	74
25.	SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	77
26.	CERTIFICADOS E DIPLOMAS	77
27.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
28.	ANEXOS	78
28.1	Matriz de Transição	80
28.2	Tabela de leis, decretos e portarias	81

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	Distribuição da carga horária do curso Técnico em Meio Ambiente.	24
QUADRO 2.	Matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente	29
QUADRO 3.	Resumo de critérios para efeito de aprovação.	62

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULMINAS
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37550-000
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Marcelo Machado Feres
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	gabinetesetec@mec.gov.br

1.3. IFSULDEMINAS – *Campus Inconfidentes*

Nome do Local de Oferta			CNPJ	
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – <i>Campus Inconfidentes</i>			10.648.539/0004-58	
Nome do Dirigente: Miguel Angel Isaac Toledo del Pino				
Endereço do Instituto: Praça Tiradentes, 416			Bairro: Centro	
Cidade: Inconfidentes	UF: MG	CEP: 37576-000	Telefone: (35) 3464- 1200	gabinete.inconfidentes@ifsuldeminas.edu.br

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Técnico em Meio Ambiente

Modalidade: Subsequente

Ano de implantação: 2011

Local de oferta: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas IFSULDEMINAS *Campus Inconfidentes*, Unidade Ouro Fino.

Turno de funcionamento: Noturno

Forma de ingresso: Processo seletivo

Requisitos de acesso: Ter concluído o ensino médio

Número de vagas oferecidas: 40

Periodicidade de oferta: Anual

Duração do curso: 2,5 anos

Carga horária total: 1400h

Autorização para funcionamento: Resolução Nº 88/2010 de 10 de dezembro de 2010.

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, com proposta orçamentária anual para cada *campus* e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica. Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma:

Campus de Inconfidentes;
Campus de Machado;
Campus de Muzambinho;
Campus de Passos;
Campus de Poços de Caldas;
Campus de Pouso Alegre;
Campus avançado de Carmo de Minas;
Campus avançado de Três Corações;
Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em *Campus* Inconfidentes, *Campus* Machado e *Campus* Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria fica, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009 estes três *Campus* iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos *Campus* Passos, *Campus* Poços de Caldas e *Campus* Pouso Alegre. Em 2013, foram criados os *Campus* avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os *Campi* avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos *Campi* prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos *campi*.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias:

Pró-Reitoria de Ensino;
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;
Pró-Reitoria de Extensão;
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração;
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas. A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho.

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO *CAMPUS*

A Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes MG – “Visconde de Mauá” tem sua origem em 28 de fevereiro de 1918, pelo Decreto nº 12.893, nove anos após a criação da primeira Escola Agrícola no Brasil, ainda como Patronato Agrícola, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Permaneceu assim até o final da década de 1950, quando então passou a ser denominada a Escola Agrícola “Visconde de Mauá”, oferecendo curso ginásial, durante toda a década de 1960. Em 1978, passou a Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes – MG “Visconde de Mauá” (EAFI) com 203 alunos matriculados. A partir desse ano, desenvolveu-se o sistema Escola-Fazenda, destacando-se a implantação da Cooperativa-Escola como elo entre a Escola e o Mercado Consumidor, consolidando a filosofia do “Aprender a fazer e fazer para aprender”.

Este fato proporcionou a integração de três mecanismos fundamentais: Sala de aula, Unidades Educativas de Produção (UEP) e Cooperativa-Escola. Como instrumentos complementares, desenvolveram-se os sistemas de Monitoria e Estágio Supervisionado. Essas ações perduraram por toda a década de 80 e foram responsáveis pela evolução da Escola em todas as áreas Pedagógicas, Administrativas e de Produção Agropecuária. Era ministrado durante esse período o Curso Técnico Agrícola em nível de 2º Grau.

Em 1993, o processo de autarquização trouxe nova dinâmica à Escola, que além das questões administrativas e pedagógicas, provocou novas necessidades de ajustes para atender a crescente demanda da comunidade regional.

A partir do ano de 1995 foram implantados os cursos de Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura para egressos do ensino médio, somando 508 alunos matriculados.

Em 1998, com 862 matrículas, ofereciam-se os cursos Técnico em Agropecuária, Técnico em Agricultura, Técnico em Zootecnia, Técnico em Agroindústria Técnico em Informática e Técnico em Agrimensura, nas formas concomitante e sequencial e efetivou-se a separação do Ensino Médio do Ensino Profissional.

Em 1999, registra-se a iniciativa para a efetivação dos Programas de Educação Para Jovens e Adultos e o Telecurso 1º e 2º Graus, em convênio com a Prefeitura Municipal de Inconfidentes.

Em 2004, com 1.572 matrículas, a EAFI objetivou ser foco de referência no Estado. O compromisso institucional foi o de promover o desenvolvimento educacional da região por meio do oferecimento de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades.

Em novembro de 2004 a EAFI finalizou o projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental na Agropecuária, o qual foi autorizado por comissão do MEC, Portaria Nº 4244 de 21/12/2004, publicada no DOU de 22/12/2004, Seção I, página 18.

Com o intuito de ofertar outros cursos de nível superior, como parte integrante do projeto de desenvolvimento da instituição, foi iniciado em 2005 o processo para a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Agrimensura. Este curso foi autorizado pela comissão do MEC, conforme consta na Portaria n.º 781 de 24/03/2006, publicada no DOU de 27/03/2006, Seção I, página 18. Concomitantemente, elaboravam-se projetos para oferecimento dos Cursos Superiores de Tecnologia em Informática e Processamento de Alimentos.

A partir desse compromisso, a EAFI definiu sua política de trabalho em consonância com as necessidades e expectativas gerais da sociedade local em interface permanente com o mercado de trabalho global e o sistema educacional.

As Escolas Agrotécnicas Federais sempre se comprometeram com a formação integral dos seus alunos, na oferta da educação básica, técnica e superior, e na promoção do desenvolvimento econômico regional. Portanto, sempre atenderam aos anseios da comunidade ofertando educação de qualidade, prestando serviços a comunidade nas suas atividades de pesquisa e extensão, respondendo às necessidades e demandas sociais oriundas do meio no qual está inserida.

Em 2008 uma nova ordenação da Rede com uma proposta educacional inovadora, abrangendo todos os estados brasileiros, propôs criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com a oferta de cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Agrotécnicas Federais passaram a ter uma nova identidade por afirmar seu caráter social de origem e possibilitar o redimensionamento de seu papel no atual contexto de desenvolvimento científico e tecnológico. O Instituto Federal do Sul de Minas Gerais surgiu com a unificação de três Escolas Agrotécnicas, Inconfidentes/MG, Machado/MG e Muzambinho/MG.

A sede do IFSULDEMIMINAS – *Campus* Inconfidentes é equipada com Viveiro de produção de mudas, laboratórios de Anatomia, Apicultura, Biotecnologia, Entomologia, Física do Solo, Fisiologia, Geomática, Geoprocessamento, Laboratórios de Ensino de Informática, Redes de Computadores, Manutenção de Hardware, Inseminação Artificial, Irrigação e Drenagem, Microbiologia, Química dos Alimentos, Química dos Solos, Sementes, Tecnologia do Sêmen, Topografia e Zoologia, além de uma biblioteca equipada com salas de estudos e que oferece acesso à internet e salas de aulas com equipamentos audiovisuais como projetores e computadores. O Instituto ainda conta com um ginásio poliesportivo para desenvolvimento de atividades físicas.

O IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes, tem avançado na perspectiva inclusiva com a constituição do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que possui regimento interno, visando atender educandos com limitação para o desempenho das atividades acadêmicas. O *Campus* Inconfidentes está promovendo a acessibilidade através da adequação de sua infraestrutura física e curricular, como a inclusão da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais)¹, e a

1 Decreto 5626, de 22/12/2005 (Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000).

inserção na estrutura curricular de seus cursos de temáticas que abordem as políticas inclusivas, como preveem os decretos 5.626/2005 e 5.296/2004.

Busca também, o crescimento e o desenvolvimento dos seus alunos através de atividades artístico-culturais, esportivas e cívicas como seminários, jornadas científicas e tecnológicas, campeonatos esportivos, fanfarra, orquestras, coral, grupo de dança, grupo de teatro, entre outros.

Funcionando em sua sede, na cidade de Inconfidentes - MG, o *Campus* Inconfidentes oferece no ensino superior os Cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia de Redes de Computadores, Engenharia Agrônômica, Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em Gestão Ambiental, Especialização em Gestão Ambiental para a Polícia Militar e Especialização em Educação Infantil. No ensino técnico integrado, oferece os cursos Técnico em Agrimensura, Técnico em Agropecuária, Técnico em Alimentos, Técnico em Informática e Técnico em Administração na modalidade PROEJA².

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O grau de desenvolvimento econômico do país está refletido na situação de comprometimento ambiental em que se encontra, sendo desta forma o curso Técnico em Meio Ambiente de grande importância. Este curso possibilita interdisciplinaridade com as mais diversas áreas desenvolvidas no Brasil entre elas: agricultura, pecuária, indústria, saúde, desenvolvimento sustentado das cidades e do setor de transporte, áreas que apresentam alta demanda por profissionais da área de meio ambiente.

O curso Técnico em Meio Ambiente possibilita ainda o desenvolvimento de ações para a preservação e conservação ambiental analisando os problemas causados pela degradação da ação antrópica. Neste sentido, visa buscar um entendimento mais abrangente de processos, produtos e serviços no sistema produtivo contemporâneo que incorporam diversos aspectos sociais e ambientais.

Assim, o IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes, criou o Curso Técnico em Meio Ambiente, previsto no catálogo nacional de cursos técnicos do MEC no eixo

² Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

tecnológico “ambiente e saúde”, visando à formação profissional fundamentada em bases tecnológicas, bem como em uma estrutura humanística que permita ao técnico, uma atuação cidadã, contribuindo com o crescimento e desenvolvimento do seu meio ambiente. O principal objetivo deste curso é, portanto, a melhoria da qualidade de vida da sociedade, através da análise relacional entre o ser humano e seu ambiente e da disseminação de novas tecnologias que contribuam com o bem-estar social.

A implantação deste curso deve-se ao fato do *Campus* Inconfidentes, unidade Ouro Fino, estar inserido na microrregião do Sul do Estado de Minas Gerais, que possui uma área de abrangência estratégica em função de sua proximidade a grandes polos tecnológicos. Com a predominância de pequenas propriedades rurais nesta microrregião é grande a demanda por profissionais nas áreas de agropecuária, agroindústria e meio ambiente.

Em meados do ano 2010 o *Campus* Inconfidentes buscou parcerias com prefeituras da região, objetivando ampliar sua atuação. Para isso, criou-se cursos técnicos subsequentes em cidades próximas ao *Campus* Inconfidentes em parceria com a administração municipal. Sempre atento às necessidades regionais e nacionais o Campus conta com profissionais experientes e infraestrutura de atendimento. O curso Técnico em Meio Ambiente iniciou suas atividades na Unidade de Ouro Fino no segundo semestre de 2011. Conta com o apoio de infraestrutura no *Campus* Inconfidentes que oferece o curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental³.

São considerados princípios norteadores do curso Técnico em Meio Ambiente IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes:

- o comprometimento com o ensino, pautado no princípio da inclusão, dos direitos humanos, ambientais e respeito à diversidade⁴;
- a compreensão de que a figura central de todo e qualquer processo educativo é o ser humano com suas potencialidades;

³ Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental ocorreu em dezembro de 2010 sob o Protocolo de Nº 20074294, Código MEC Nº 133606 e Código da Avaliação No 82626

⁴ Conf. Lei 7611/ de 17/11/2011 (Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências); Resolução CNE n. 01 de 30/05/2012 (dispõe sobre a educação em Direitos Humanos); Resolução 2 de 15 de Junho de 2012 (Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental); Lei 11.645 de 10 de Março de 2008 (inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”).

- a preservação dos recursos naturais, a prevenção da poluição, redução, reuso e reciclagem por meio de programas de educação ambiental, tecnologia ambiental, gerenciamento ambiental, mobilização de pessoas ou grupos para ações ambientais e desenvolvimento sustentável;
- a otimização, minimização, remediação, controle e avaliação das causas e dos efeitos dos impactos ambientais decorrentes das atividades antrópicas;
- a melhora no desempenho ambiental das pequenas e médias empresas, comerciais e industriais, no município e região, levando-as à adoção de sistemas de gestão ambiental como parte da preocupação pela qualidade total;
- a elaboração de uma estrutura curricular que possibilite o diálogo com diferentes campos de conhecimentos possibilitando atualizações e discussões contemporâneas;
- o caráter permanente e sistemático do processo de avaliação, considerando as singularidades dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

O Curso Técnico em Meio Ambiente do IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes está cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – CREA-MG⁵ e no Conselho Regional de Química de Minas Gerais – CRQ-MG⁶ o que atesta o seu comprometimento com a qualidade e a formação de profissionais aptos ao mercado de trabalho.

6. JUSTIFICATIVA

O Brasil, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, possui inúmeros recursos naturais de fundamental importância para todo o planeta, desde ecossistemas importantes como as suas florestas tropicais, o pantanal, o cerrado, os mangues e restingas, até uma grande parte da água doce disponível para o consumo humano. Ainda, é detentor de uma das maiores biodiversidades do mundo, sendo o entendimento de seu funcionamento, sua dinâmica e exploração ainda pouco conhecida e divulgada.

Vivemos sob o paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual enseja um

⁵ Ofício 97/2013 de 26 de fevereiro de 2013.

⁶ Processo CRQ-MG E-419 – ofício de 30 de janeiro de 2013.

mundo de responsabilidades partilhadas entre indivíduos, sociedade, empresas e governos aos cuidados com o ambiente. O caminho para a sustentabilidade pressupõe a adoção de novas condutas práticas, simples e, sobretudo, economicamente viáveis neste mundo de trabalho e tecnologias em diversos segmentos, inclusive nos Institutos Federais de Educação.

O IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes situa-se no município de Inconfidentes, que está inserida na região Sudeste, no Sul do Estado de Minas Gerais (coordenadas geográficas 22° 19' 1,2'' S e 46° 19' 40,8'' W) e 869 metros de altitude, a 450 km de Belo Horizonte e 230 km da capital paulista. O Sul de Minas é formado por 177 municípios, interligados por malha viária, onde a principal via é a Rodovia BR 381 (Fernão Dias), que liga Belo Horizonte a São Paulo. É a segunda região em importância econômica no Estado, rica em recursos minerais, possui duas hidrobasias, do Rio Grande e Rio Sapucaí, que atravessam no sentido Sudeste-Noroeste e formam a represa de Furnas. O clima da região, segundo classificação de Koppen, é do tipo Cwb, tropical úmido, com duas estações definidas: chuvosa (outubro/março) e seca (abril/outubro), com precipitação pluviométrica média anual de 1500 mm, com temperatura média de 19°C. As condições climáticas são propícias em acelerar o processo de produção primária e favorecem o desenvolvimento da agropecuária e de atividades diretamente relacionadas com uso dos recursos naturais, devendo estes ser preservados. Deve-se destacar que o Campus Inconfidentes está inserido na microrregião do Sul do Estado de Minas Gerais que possui uma área de abrangência estratégica, visto que os maiores polos tecnológicos, Campinas, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, possuem “link” com empresas de produção altamente especializadas em informática, microeletrônica e telecomunicações, onde se começam a delinear novos conceitos de crescimento industrial como os “Business Parks do Brasil”, visando abrigar indústrias modernas e limpas, intensivas em alta tecnologia, as quais dividirão toda a infraestrutura e serviços demandados dos Técnicos em Meio Ambiente.

Assim, pode-se afirmar que na área de abrangência há diversos setores da economia diretamente relacionados com os aspectos de emprego e renda, destacando o desenvolvimento da indústria, serviços e agropecuária, todos relacionados com o meio ambiente natural e/ou construído.

Ainda, conforme ao crescimento exponencial das restrições legais impostas ao setor produtivo primário, secundário e até ao terciário pela sociedade, a criação do curso

Técnico em Meio Ambiente é de extrema importância, uma vez que qualifica mais profissionais para o mercado de trabalho que por sinal mostra-se muito competitivo. No entanto, torna-se necessário adequar à estas novas demandas na qual configura uma mudança de postura mundial com relação às disponibilidades dos recursos naturais, visando a promoção de um desenvolvimento sustentável, a implantação de inovações e tecnologias no ambiente.

No contexto de um mundo globalizado e mais competitivo no qual se utilizam intensamente novas tecnologias há a necessidade de um esforço concentrado para a formação de recursos humanos em todos os níveis, preparados para trabalhar com tecnologias avançadas, não agressivas ao meio ambiente e de maneira harmônica com os compromissos internacionais do País.

O curso Técnico em Meio Ambiente está inserido dentro deste contexto do mundo globalizado e dinâmico, com a certeza de que a implementação do desenvolvimento sustentável exige a incorporação prévia da dimensão ambiental na concepção e execução de planos, programas e projetos de inovação e desenvolvimento voltados para a preservação, conservação e equilíbrio do meio ambiente. A formação de recursos humanos mais qualificados para desempenharem este papel constitui um desafio às instituições de ensino, inclusive ao IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes.

Desse modo, o curso passa a representar um passo de extrema importância e de grande relevância de cunho social, político, ético, econômico e educacional rumo à superação do desafio de promoção de uma perspectiva transdisciplinar nas atividades ambientais dos segmentos produtivos primário e secundário (indústrias e empresas) e de suas respectivas adequações quanto às conformidades e normas técnicas da ABNT e padronização à série ISO 9001, ISO 14000 e ISO 18000, que hoje exige a interface da produção com o meio ambiente.

O *Campus* de Inconfidentes oferta o Curso Técnico em Meio Ambiente com o objetivo de possibilitar ao aluno uma consciência crítica na organização da cadeia produtiva do segmento primário, secundário e terciário, bem como seus respectivos impactos sociais, econômicos e ambientais.

O curso propõe a qualificação dos alunos como técnicos ambientais comprometidos com as práticas oferecidas bem como as responsabilidades pertinentes à educação ambiental. Sendo assim, a sua formação visará à qualidade do ensino com dinamismo e inovação que irá contribuir para o desenvolvimento sustentável sob a ótica

do aspecto social, político, econômico e ambiental.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo geral

Atender as demandas do mercado de trabalho na área de meio ambiente, tanto na área urbana quanto rural, em projetos ligados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, oferecendo capacitação profissional para aproveitamento de oportunidades de trabalho tanto no Sul de Minas Gerais como em todo o Brasil.

7.2. Objetivos específicos

- Coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais;
- Colaborar na elaboração de laudos, relatórios, necessidades básicas de programas ambientais, normas e regulamentos, análise de impactos ambientais e outras atividades afins;
- Auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental;
- Atuar na organização de programas de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem;
- Sugerir estratégias de educação ambiental, implementando-as quando couber e encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentações, iniciativas, dados estatísticos, resultados de análise e avaliações materiais de apoio técnico e educacional e outras ações de divulgação;
- Identificar as intervenções ambientais, analisar suas consequências e operacionalizar a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos;
- Levantar indicadores de situações referentes às diversas formas de desequilíbrios ambientais, identificar e analisar tais situações;
- Pesquisar as condições ideais para implantação de mecanismos recuperadores;
- Executar planos e programas de atividades de preservação e controle da poluição;

8. FORMAS DE ACESSO

O ingresso ao curso Técnico em Meio Ambiente dar-se-á por meio de processo seletivo, sendo candidatos aqueles que já tenham concluído o Ensino Médio.

O acesso aos candidatos será divulgado por meio de edital organizado pela Comissão de Processo Seletivo do IFSULDEMINAS e publicado pela Imprensa Oficial, com indicação de requisitos da pré-inscrição, da matrícula, condições de ingresso, tempo de integralização e número de vagas oferecidas. O processo seletivo é pautado no princípio de igualdade de oportunidades para acesso e permanência na Instituição, materializado em edital próprio, de acordo com a legislação pertinente. O turno de funcionamento acadêmico será noturno.

O número de vagas oferecidas é de 40 (quarenta) estudantes, por turma, e o primeiro processo seletivo ocorreu em janeiro de 2011.

O candidato que se considerar carente poderá solicitar avaliação socioeconômica para fins de isenção da taxa de inscrição.

Outra forma de acesso ao curso Técnico em Meio Ambiente é através de transferência externa/interna regulamentada por edital específico, definido em função do número de vagas existentes.

8.1 Cancelamento de matrícula e evasão

O cancelamento da matrícula poderá ocorrer mediante:

- Requerimento do discente ou do seu representante legal, caso seja menor de 18 anos, dirigido à seção de registros escolares.

- A partir do momento da assinatura do termo de desistência o discente que desejar ingressar novamente no IFSULDEMINAS deverá prestar novo processo seletivo.

- Por ofício, extraordinariamente emitido pela Instituição, quando o discente infringir as normas do Regimento do Corpo Discente (Resolução CONSUP 20/2012).

Será considerado evadido o discente que deixar de frequentar as aulas por 25 dias consecutivos e que não tenha realizado as atividades avaliativas no bimestre, nem apresentado justificativas, em conformidade com as leis vigentes.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Em conformidade a estrutura didático-pedagógica interdisciplinar e dinâmica o Técnico em Meio Ambiente atua no planejamento e na administração do meio ambiente, portanto, estabelece diretrizes, normas e limites para a ocupação atual e futura desse ambiente, adotando formas de planejamento e gestão capazes de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação e conservação ambiental e a garantia da qualidade de vida.

Por outro lado, o profissional deverá ter aptidão para avaliar a dimensão das alterações ambientais provocadas por ações antrópicas, benéficas ou não sobre o meio ambiente, bem como a propor formas de solucioná-las.

Não obstante, deve ser possuidor da capacidade de desenvolver valores éticos e atitudes que reflitam uma postura coerente diante de questões ambientais, entre as quais o respeito ao ser vivo, ao meio biótico e abiótico, a responsabilidade, o altruísmo e a autodisciplina, e além do mais, possuidor de características de flexibilidade, orientação global e capacidade de decisão para a solução dos problemas ambientais.

O Técnico na área de Meio Ambiente é o profissional que tem por característica a capacidade de trabalho em conjunto, de forma proativa, tanto com pessoas como com a tecnologia disponível em seu meio, conhecimento técnico, formação tecnológica e capacidade de mobilização destes conhecimentos, para atuar no mercado de trabalho de forma criativa, ética, empreendedora e consciente dos impactos ambientais e socioculturais

O profissional egresso do curso Técnico em Meio Ambiente do IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes será capaz de:

- evidenciar a preservação dos recursos naturais;
- controlar e avaliar as causas e os efeitos dos impactos ambientais decorrentes das atividades antrópicas;
- atuar na prevenção da poluição por meio da educação ambiental, tecnologia ambiental, gerenciamento ambiental, mobilização de pessoas ou grupos para ações ambientais e desenvolvimento sustentável;
- colaborar na coleta, armazenamento e interpretação de informações, dados e documentações ambientais;
- colaborar na elaboração de laudos técnicos, relatórios e estudos ambientais;
- auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão

ambiental;

- atuar na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem;
- colaborar na identificação das intervenções ambientais, analisar suas consequências e operacionalizar a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação das suas causas e seus efeitos;
- melhorar o desempenho ambiental nas pequenas e médias empresas, comerciais e industriais, no município e região, levando-as à adoção de sistemas de gestão ambiental como parte da preocupação pela qualidade total.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente é composta por 29 disciplinas obrigatórias divididas em 5 (cinco) semestres e pelo estágio curricular obrigatório (Quadro 1).

QUADRO 1. Distribuição da carga horária do curso Técnico em Meio Ambiente.

Carga horária	Aula/Disciplinas	Estágio	Total
	1200h	200	1400h

O Curso técnico em Meio Ambiente oferece disciplinas obrigatórias, sem pré-requisito, e estágio curricular que otimiza a formação oferecendo significativas oportunidades de vivência profissional. Os conteúdos curriculares são apresentados de forma interdisciplinar entre os campos de estudo possibilitando que o aluno possa adquirir uma visão integrada e articulada das áreas de atuação do profissional em Meio Ambiente.

Os conteúdos curriculares do curso Técnico em Meio Ambiente se apresentam de forma multi, inter e transdisciplinar, de modo a atender as demandas do mercado de trabalho e formar profissionais com senso crítico sobre os aspectos econômicos, sociais e ambientais que compõem o cotidiano.

O itinerário formativo do curso procura estimular a capacidade de ler, julgar, criticar, criar e fazer opções diante da realidade na qual estão inseridos, mantendo-se em uma atitude de constante reflexão e crítica.

O **primeiro ano**, com características introdutórias, na questão ambiental composto por disciplinas básicas de fundamental utilidade para os períodos seguintes. As disciplinas do **primeiro semestre** são Química e Meio Ambiente, Saúde e Meio Ambiente, Solos e Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Biologia Ambiental e Ecologia. Já as disciplinas do **segundo semestre** são Informática Básica, Bioestatística Aplicada, Agroecologia, Técnicas de Redação Científica, Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas.

O **segundo ano** é composto por disciplinas com cunho mais profissionalizante, que disponibilizam aos discentes, ferramentas para que aprendam métodos de análise e monitoramento ambiental. O **terceiro semestre** é composto pelas disciplinas Legislação Ambiental, Poluição Atmosférica, Sistema de Tratamento de Águas e Efluentes Líquidos, Uso e Conservação dos Recursos Naturais, Avaliação de Impacto Ambiental e Língua Estrangeira (Inglês I). O **quarto semestre** letivo é composto por Análise de Riscos Ambientais e de Segurança do Trabalho, Gestão e Qualidade Ambiental, Energia e Meio Ambiente, Recuperação de Áreas Degradadas, Projetos e Planejamento Socioambiental, Perícia Ambiental e Língua Estrangeira (Inglês II).

O **terceiro ano** do curso, é composto pelas disciplinas de Geotecnologia básica, Empreendedorismo e Inovação, Língua Estrangeira (Inglês Aplicado) e Projeto Ambiental Final, onde o aluno deverá apresentar um projeto técnico de meio ambiente e possibilitará, ainda, o aprofundamento na disciplina de inglês aplicado ao meio ambiente.

As aulas práticas incluem exercícios e atividades em laboratório, campo e demonstrações. Por se tratar de um curso noturno, os docentes organizam as aulas práticas de modo a se realizarem nos laboratórios e outras instalações da Instituição aos sábados, ou quando possível, no turno de aulas. Além disso são organizadas visitas didáticos-pedagógicas em empresas privadas, órgãos públicos e outras organizações principalmente aos sábados, de modo a possibilitar a demonstração da prática dos procedimentos ensinados em sala de aula.

Como objetivo pedagógico, o curso pretende que o estudante, com base no conjunto de conteúdo das várias disciplinas, desenvolva sua capacidade intelectual de assimilação do conhecimento por meio de aulas teóricas, aulas práticas em laboratório e em campo e cumprimento de estágio supervisionado. A participação em atividades extracurriculares, seja pela iniciação científica, cursos, congressos, seminários e

encontros, podem complementar a formação técnico-científica do estudante.

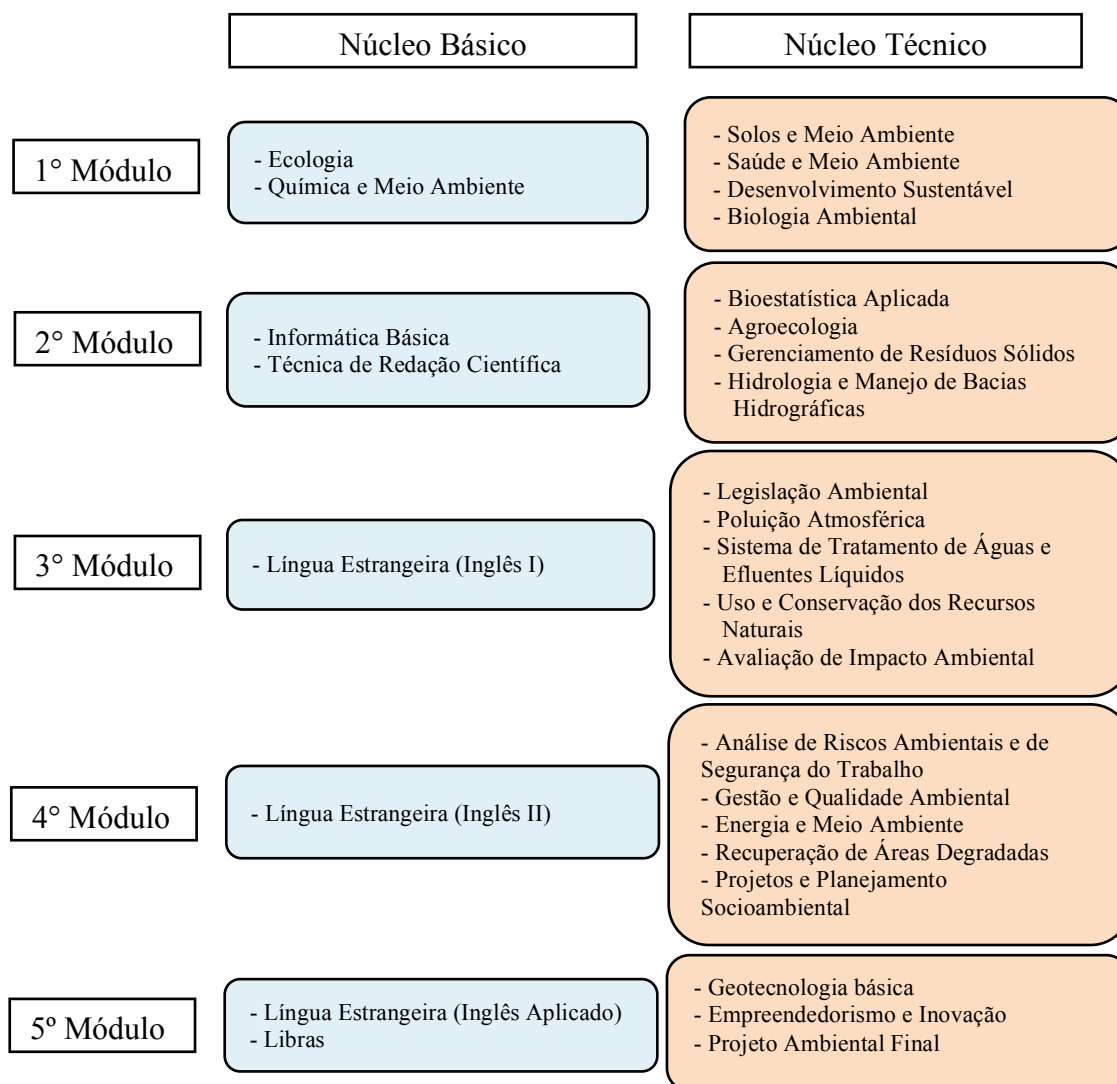
Com isso, o curso técnico em Meio Ambiente fornece subsídios reais e bem definidos para o exercício da profissão no mercado de trabalho, conferindo segurança e qualidade do desempenho das atividades de campo pelos egressos.

10.1 Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade curricular possibilitam o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e para a inserção do egresso no mundo do trabalho.

Nesse sentido, o itinerário formativo do curso Técnico em Meio Ambiente estimula a realização de cursos de curta duração, seminários, mostras, exposições, fóruns, palestras, visitas técnicas, estágios dentre outras atividades que articulem o currículo a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis.

10.2 Representação gráfica do perfil de formação



10.3 Matriz Curricular

A organização curricular do Curso observa as determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154/2004, na Resolução Nº 088/2010 de 10 de dezembro de 2010, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, edição 2014, na Resolução 2 de 15 de Junho de 2012, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFSULDEMINAS.

O curso disponibiliza ao estudante um conjunto de disciplinas distribuídas gradualmente, com mecanismo vertical de integração, possibilitando a aquisição de conhecimentos progressivos orientados para sua atuação profissional.

A matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente do IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes apresenta regime presencial, carga horária total de 1400 horas, sendo 1200 horas destinadas às 29 disciplinas distribuídas ao longo de 5 (cinco) semestres e 200 horas à prática profissional por meio do estágio curricular supervisionado (Quadro 2). Nenhuma disciplina constitui base para o curso de outra subsequente, ou seja, não há disciplina que se configure como pré-requisito.

A organização da estrutura curricular será trabalhada levando em conta o fator planejamento, a caracterização das disciplinas, de forma a contemplar o princípio da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade entre os conteúdos técnicos e científicos, específicos e disciplinares para a formação do Técnico em Meio Ambiente de nível médio.

O curso Técnico em Meio Ambiente apresenta uma organização didático-pedagógica alicerçada em princípios do *Campus* Inconfidentes:

- a) promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os níveis para a formação de cidadãos;
- b) desenvolver articulação entre o ensino, pesquisa, inovação e extensão visando o arranjo sustentável da relação homem e meio ambiente;
- c) ofertar ensino público, gratuito e de excelência em todos os níveis que concerne ao fato de que é um direito de todo cidadão e um dever do Estado.

Ademais, a organização curricular tem por características:

- Atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade;
- Conciliação das demandas identificadas com a vocação, à capacidade institucional e os objetivos do *Campus* Inconfidentes;
- Prática Profissional (Estágio Curricular Supervisionado) de 200 horas, administrada a partir do segundo módulo. O Regulamento da Prática Profissional especificará todas as necessidades e exigências para a realização do mesmo.

QUADRO 2: Matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente.

Componentes Curriculares	1º Semestre		2º Semestre		3º Semestre		4º Semestre		5º Semestre		CHR
	CH	CHR	CH	CHR	CH	CHR	CH	CHR	CH	CHR	
Química e Meio Ambiente	40	33h20									33h20
Saúde e Meio Ambiente	40	33h20									33h20
Solos e Meio Ambiente	40	33h20									33h20
Desenvolvimento Sustentável	40	33h20									33h20
Biologia Ambiental	40	33h20									33h20
Ecologia	40	33h20									33h20
Informática Básica			40	33h20							33h20
Bioestatística Aplicada			60	50h00							50h00
Agroecologia			40	33h20							33h20
Técnica de Redação Científica			40	33h20							33h20
Gerenciamento de Resíduos Sólidos			40	33h20							33h20
Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas			60	50h00							50h00
Legislação Ambiental					80	66h40					66h40
Poluição Atmosférica					40	33h20					33h20
Sistema de Tratamento de Águas e Efluentes Líquidos					40	33h20					33h20
Uso e Conservação dos Recursos Naturais					40	33h20					33h20
Avaliação de Impacto Ambiental					40	33h20					33h20
Língua Estrangeira (Inglês I)					40	33h20					33h20
Análise de Riscos Ambientais e de Segurança do Trabalho							40	33h20			33h20
Gestão e Qualidade Ambiental							40	33h20			33h20
Energia e Meio Ambiente							40	33h20			33h20
Recuperação de Áreas Degradadas							40	33h20			33h20
Projetos e Planejamento Socioambiental							40	33h20			33h20
Perícia Ambiental							40	33h20			33h20
Língua Estrangeira (Inglês II)							40	33h20			33h20
Geotecnologia básica									40	33h20	33h20

Empreendedorismo e Inovação						40 33h20	33h20		
Língua Estrangeira (Inglês aplicado)						40 33h20	33h20		
Projeto Ambiental Final						240 200h0	200h00		
Carga Horária Total	240	200h	280	233,33h	280	233,33h	280 233,33h	360 300h	1200h
Total Geral									1200h
Estágio Curricular									200h
Carga Horária Total do Curso									1400h

A disciplina de Libras, com carga horária de 18h20, será oferecida pelo IFSULDEMINAS no *Campus* Inconfidentes, porém a matrícula será facultativa.

11. EMENTÁRIO

Período de oferecimento: 1º	
Disciplina: Química e Meio Ambiente	Carga-horária: 33h20 (18h20 teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
Introdução ao gerenciamento de resíduos de laboratório e resíduos industriais. Aquecimento global. Ciclos de carbono, oxigênio, enxofre e nitrogênio. Química da atmosfera. Química dos solos. Química das águas. Poluentes orgânicos persistentes – POP's. Hidrocarbonetos poliaromáticos- PAH's. Prevenção , controle e tratamento do meio ambiente. Princípios da Química Verde.	
Objetivos	
Identificar procedimentos e normas de segurança laboratório. Identificar e correlacionar os fenômenos químicos no meio ambiente. Identificar os procedimentos para realizar medidas volumétricas, gravimétricas e de pH em unidade de processo. Correlacionar as unidades de concentração de soluções. Identificar as propriedades químicas envolvidas nos processos naturais de conservação. Implementar projetos de educação ambiental	
Bibliografia Básica	
BAIRD, C. Química ambiental . Porto Alegre: Bookman, 2002. BARROS, R.T.V. et al. Manual de saneamento e proteção ambiental para pequenos municípios . Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. Volume 2. BRAGA, B. et al. Introdução a Engenharia Ambiental . São Paulo: Prentice Hall, 2002.	
Bibliografia Complementar	

HELLER, L. **Saneamento e saúde**. Brasília: OPAS/OMS, 1997
MOTA, Suetônio. **Introdução a Engenharia Ambiental**. Rio de Janeiro: ABES, 1997.
MOTA, Suetônio. **Urbanização e meio ambiente**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.
ROCHA, J.C.; ROSA, A.H.; CARDOSO, A.A. **Introdução à química ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
VON SPERLING. **Princípios básicos do tratamento biológico de água residuária: Princípios básicos do tratamento de esgotos**. v.2. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1996.

Período de oferecimento: 1º

Disciplina: Saúde e Meio Ambiente

Carga horária: 33h20 (20h20 teórica 13h prática)

Ementa

Microrganismos e meio ambiente. Aspectos taxionômicos. Diversidade microbiológica nos diferentes ambientes: solo, ar e água. Importância médica de alguns microrganismos. Participação dos microrganismos na poluição ambiental. Saneamento e saúde. Higiene e saúde coletiva. Introdução à Epidemiologia. Conceitos em saúde pública. Doenças de Notificação Compulsória. Doenças de veiculação hídrica. Doenças transmitidas por falta de esgotamento sanitário. Doenças transmitidas por vetores roedores. Doenças transmitidas por insetos. Estruturação dos sistemas de saúde. Sistema único de saúde.

Objetivos

Identificar as principais doenças causadas por microrganismos. Conhecer medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças. Conhecer e analisar os principais indicadores de saúde. Identificar os principais problemas de Saúde Pública no Brasil. Conhecer as estratégias de atuação das vigilâncias epidemiológica e sanitária. Percepção para fatores de risco, sinais e sintomas das principais doenças que ocorrem no Brasil. Visão global e crítica das questões da Saúde Pública.

Bibliografia Básica

CASTRO A. A. et al. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios: Volume 2 – saneamento**. 1. ed., Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. 221
CHERNICHARO, C. A. L.; HELLER, L. **Saúde pública** (Apostila). UFMG. Belo Horizonte. 1996. 92 p.
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Curso Básico de Vigilância Ambiental em Saúde**. Brasília: 2002. 298p.

Bibliografia Complementar

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Manual de Saneamento**. 3. Ed. rev. Brasília: 2004. 408p.
HELLER, L. **Saneamento e saúde**. OPAS/OMS. Brasília: 1997. 97 p.
MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Organizadores). **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 344 p.
MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Organizadores). **Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 344 p.
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS / FUNASA. **Manual de Resíduos Sólidos Hospitalares**. 2001. 31 p.

Período de oferecimento: 1º	
Disciplina: Solos e meio ambiente	Carga horária total: 28h30 (18h20 teórica 9h10 prática)
Ementa	
Gênese do solo: influência climática na formação do solo, formação do solo e perfil e horizontes do solo. Características físicas do solo: textura, estrutura, porosidade, permeabilidade, granulometria, cor e profundidade efetiva. Geologia e geomorfologia do solo. Características químicas do solo: reação do solo – pH e tipos de acidez. Coleta de amostra de solo para análise. Tipos de erosão. Práticas de controle à erosão.	
Objetivos	
Relacionar e compreender os fatores que influenciam na formação do solo. Identificar as classes de uso do solo. Planejar, organizar e monitorar a exploração, o manejo e a conservação do solo de acordo com suas características e propriedades. Fazer o monitoramento sobre o equilíbrio sustentável da fertilidade do solo e verificar a disponibilidade de nutrientes no solo e sua absorção pelas plantas.	
Bibliografia Básica	
TEIXEIRA, W.; FAIRCHILD, T. R.; TOLEDO, M. C. M. de; TAIOLI, F. (orgs.) Decifrando a Terra . 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. 623p. THIBAU, C. E. Produção Sustentada em Florestas . 2.ed. Escriba. 2003. VIEIRA, L. S. Manual da Ciência do Solo . 2.ed. Ceres. São Paulo. 1998.	
Bibliografia Complementar	
PRUSKI, Fernando Falco. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para controle da erosão hídrica. 2. ed. Viçosa: UFV, 2009. 279p. SCHNEIDER, Paulo; GIASSON, Elvio; KLAMT, Egon. Classificação de aptidão agrícola de terras: um sistema alternativo. Guaíba: Agrolivros, 2007. MARTINS, Sebastião Venâncio. Recuperação e áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração. 3.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2013, 264p. TRINDADE, Tiago Pinto de et al. Compactação dos solos: Fundamento teóricos e práticos. Viçosa: UFV, 2008. 95p. ARAÚJO, Gustavo Henrique de Souza; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de ; GUERRA, Antônio Teixeira. Gestão ambiental de áreas degradadas . 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.	

Período de oferecimento: 1º	
Disciplina: Sustentável	Desenvolvimento Carga horária total: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
<p>Conceitos de Educação Ambiental (EA). Como surgiu a EA. Evolução dos Conceitos de EA. Principais conferências em EA e Congressos. Sugestões de atividades de EA. Planejamento participativo. Recomendações para a prática de EA. Operacionalização das atividades de EA. Metodologias utilizadas em EA. A Transversalidade na EA. A EA e a participação comunitária na conservação dos recursos naturais. A EA e o desenvolvimento sustentável. Reflexão crítica sobre temática ambiental. Rio (ECO– 92 e 1977 Tbilise). Explorações Alternativas. EA e diminuição de impacto. Relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena. Educação em direitos humanos.</p>	
Objetivo	
Planejar, implantar e avaliar projetos em educação ambiental	
Bibliografia Básica	
<p>Agenda 21 Brasileira: Bases para a discussão. Washington Novaes (coord.), Otto RIBAS e PEDRO da COSTA NOVAES. Brasília MMA/PNUD. 2000 196 p. CARVALHO, I. C. M. A. Formação do Sujeito Ecológico. São Paulo: Cortez. 2004 DIAS. G. F. Educação Ambiental: Princípios e Práticas. São Paulo: Gaia. 9. ed. 2004</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>HAROLDO TORRES e HELOISA COSTA (Org.). População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000. LANFREDI, GERALDO FERREIRA. Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. PAUL E. LITTLE. Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF: IIEB, 2003. SACHS, IGNACY. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 152p. TACHIZAWA, TAKESHY. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.</p>	

Período de oferecimento: 1º	
Disciplina: Biologia Ambiental	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
<p>Origem e Características dos Seres Vivos, com aspectos relacionados à origem da vida na terra, sua evolução, suas principais características, sua importância, suas divisões subdivisões e nomenclaturas associadas. Co-evolução de animais e plantas. Evolução dos mecanismos adaptativos nos animais. Processos metabólicos em microrganismos. Microbiologia aquática. Aspectos biológicos da poluição aquática. Uso de organismos como indicadores de poluição. Microbiologia do tratamento de águas residuárias. Microbiologia do solo. Microbiologia atmosférica. Microbiologia industrial. Disseminar a noção de biodiversidade (animais, plantas, fungos, protozoários, algas, bactérias, cianobactérias) como recurso global a ser preservado e que tem sido ameaçado de forma acelerada.</p>	
Objetivos	
<p>Analisar de forma crítica e sistemática os diversos elementos do campo biológico, dentro de uma perspectiva da contextualização e da realidade. Reconhecer os seres vivos como formados por diversos componentes bioquímicos, designando uma identidade específica. Identificar a realidade microscópica existente e, a partir desse conhecimento, incorporar o pensamento científico fundamentado no funcionamento celular. Conhecer os processos de divisão celular, compreendendo a importância destes para a perpetuação da espécie. Compreender que a classificação biológica, além de organizar a diversidade dos seres vivos e de facilitar seu estudo, revela padrões de semelhança que evidenciam as relações de parentesco evolutivo entre diferentes grupos de organismos. Reconhecer que a falta de consenso entre os cientistas quanto à classificação biológica revela tanto as dificuldades quanto a variedade de pontos de vista sobre o assunto, e indica que a ciência é um processo em contínua construção. Valorizar os conhecimentos científicos e técnicos sobre vírus, bactérias, protozoários e fungos e reconhecer que esses seres, mesmo sendo causadores de doenças graves, podem contribuir para a melhoria da vida humana.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>BLACK, J.G. Microbiologia: fundamentos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. FUTUYMA, D.J. Biologia evolutiva. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 1996. ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>AB' SÁBER, A. N. Ecosistemas do Brasil. São Paulo: Metalivros. 2008. 300 p. AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa, 2005. BEGON, M.; TOWNSEND, C, R.; HARPER, J. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. FERRY, L. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009. ODUM, E. P. Ecologia. Tradução: Christopher J. Tribe. São Paulo: Guanabara Koogan S.A. 1983. 434 p.</p>	

Período de oferecimento: 1º	
Disciplina: Ecologia	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
Introdução à ecologia. Fluxo da energia. Cadeias e teias alimentares. Ciclos da água, do carbono, do oxigênio e do nitrogênio. Relações ecológicas: competição, predação, camuflagem, mimetismo. Estudos populacionais e estrutura populacional: densidade populacional, potencial biótico, limites populacionais, extinção, espécies exóticas, metapopulação e genética. Comunidade. Ecossistemas. Nicho ecológico. Biomas e Biogeografia.	
Objetivo	
Fazer o aluno ter nova leitura da Ecologia como uma ciência integrada, pois o comportamento humano tem muito a ver com as estruturas e funções do ecossistema. Caracterizar os principais tópicos da ecologia, a serem utilizados como base para a tomada de decisão na conservação ambiental e diminuição dos impactos humanos sobre o ambiente.	
Bibliografia Básica	
DAJOZ, K. Princípios de Ecologia . Tradução: Fátima Murad. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 520 p. KICKLEFS ROBERT, E. A economia da natureza . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011. TOWNSEND, C. R. Fundamentos em Ecologia . Colim R. Townsend, Michael Begon, John L. Harper; Tradução: Gilson Rudina; Pires Moreira [et. al.]. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.	
Bibliografia Complementar	
AB' SÁBER, A. N. Ecossistemas do Brasil . São Paulo: Metalivros. 2008. 300 p. AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável . Brasília: Embrapa, 2005. BEGON, M.; TOWNSEND, C, R.; HARPER, J. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. FERRY, L. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem . Rio de Janeiro: Difel, 2009. ODUM, E. P. Ecologia . Tradução: Christopher J. Tribe. São Paulo: Guanabara Koogan S.A. 1983. 434 p.	

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Informática Básica	Carga-horária: 33h20 h (10h10 teórica e 20h10 prática)
Ementa	
Conceitos Básicos de Informática. Histórico. Hardware: Componentes do Computador. Software: Sistema Operacional. Programas Aplicativos e Utilitários (editores de texto, planilhas eletrônicas).	

Objetivos
Desenvolver as habilidades de utilizar ferramentas de informática na área ambiental. Apresentar aos alunos as noções básicas de informática, de modo que venham a identificar as principais aplicações e a importância dos Sistemas de Informação para tomar decisões na solução de questões ambientais.
Bibliografia Básica
HAHN, H. Dominando a Internet . Makron Books, São Paulo. 1996. NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Makron Books. 1996. RAMALHO, J. C. Microsoft Office standart . São Paulo: Makron Books. 1994.
Bibliografia Complementar
ALCALDE. E; GARCIA. M; PNÜELAS.S. Informática Básica . São Paulo: Ed. Makron Books, 1991. HAHN, H. Dominando a Internet . Makron Books, São Paulo. 1996. MARÇULA, M; BENINI FILHO, P.A. Informática: conceitos e aplicações . São Paulo: Érica, 2005. SILBERSCHATZ, A.; GALVIN, P.; GAGNE, G. Sistemas operacionais . São Paulo: Campus. 2000. VELLOSO, F.C. Informática: Conceitos Básicos . 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus,

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Bioestatística Aplicada	Carga horária: 50h00 (25 Teórica e 25 Prática)
Ementa	
Conceitos e parâmetros necessários de bioestatística. Hipóteses. Amostragem. Noções de planejamento de experimentos. Estatística aplicada a ecologia. Avaliação de dados biológicos.	
Objetivos	
Interpretar os conceitos de estatística aplicáveis ao meio ambiente. Identificar Populações e Amostras. Representar graficamente os dados. Definir Medidas de Tendência Central. Conceituar, identificar e calcular as medidas de variabilidade. Habilitar o aluno a montar experimentos	
Bibliografia Básica	
FERREIRA, D.F. Estatística básica . Lavras: UFLA, 2005, 664 p. MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística . Curitiba: Livro Técnico, 2010. 120p. SPIEGEL, Murray R. Estatística . 3.ed. São Paulo: Pearsom Makron Books, 1993. 643p	
Bibliografia Complementar	
BANZATTO, David Ariovaldo; KRONKA, Sérgio do Nascimento. Experimentação agrícola . 4. ed. Jaboticabal: Funep, 2006. 237 p. ISBN 85-87632-71-X (broch.). GOMES, Frederico Pimentel. Curso de Estatística Experimental . 15. Ed. Piracicaba: FEALQ, 2009, 451 p. GOMES, Frederico Pimentel; GARCIA, Carlos Henrique. Estatística aplicada a	

experimentos agronômicos e florestais: exposição com exemplos e orientações para uso de aplicativos. Piracicaba: FEALQ, 2002, 309p.
 COSTA, Giovani Glaucio de Oliveira. **Curso de Estatística Inferencial e probabilidades:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012 xii, 370p.
 DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada.** 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 351 p.

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Agroecologia	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
Sistemas de produção agropecuária e extrativista fundamentados em princípios agroecológicos. Modelos de sistemas agroecológicos de produção. Produção agropecuária voltada à sustentabilidade ambiental, social e econômica dos sistemas produtivos. Introdução a conservação do solo e da água. Integração entre a agricultura familiar considerando a sustentabilidade da pequena propriedade e os sistemas produtivos. Conservação e armazenamento de matéria-prima e de processamento e industrialização de produtos agroecológicos. Processo de auditoria e Certificação de produtos agroecológicos.	
Objetivos	
Compreender a construção do conceito de Agroecologia partindo de uma análise histórica dos impactos sociais e ambientais do processo de modernização agrícola e sua superação, apontando para uma agricultura e uma sociedade sustentável. Desenvolver metodologias agroecológicas, possibilitando a exploração agrícola, através do desenvolvimento de espécies resistentes e tolerantes ao ataque de pragas, identificação de inimigos naturais, possibilitando o equilíbrio ambiental.	
Bibliografia Básica	
<p>ALTIERI, M. A. Agroecologia: a Ciência da Agricultura Sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA e Ed. Agropec. Trad. Eli Lino de Jesus e Patrícia Vaz. 2002. ARL, V. e RINKLIN H. Livro verde: agroecologia. Passo Fundo, RS: Berthier Gráfica, 2001.</p> <p>CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set. 2002. EHLERS, E. Agricultura Sustentável: Origem e Perspectivas de um Novo Paradigma. São Paulo: Livros da Terra Ed., 1996. 178 p.</p> <p>GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>CHABOUSSOU, F. Plantas doentes pelo uso de agrotóxico: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – a teoria da trofobiose. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 320p.</p> <p>ZAMBERLAM, J. P; FRONCHETI, A. Agricultura Ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.</p>	

LEITE, A. L. T. A.; MININNI –MEDINA, N. **Educação Ambiental:** curso básico a distância, educação e educação ambiental. 2 ed. Brasília: MMA, 2001. 5v.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 152p.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Técnicas de Redação Científica	Carga horária: 33h20 (20h20 Teórica e 13h Prática)
Ementa	
Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variação linguística, diferenciação entre língua falada e língua escrita; níveis de linguagem. Sintaxe: concordância verbal e nominal; regência verbal. Redação técnica: relatório, resenha e fichamento.	
Objetivos	
Geral: Identificar e avaliar diferentes gêneros discursivos com vistas a ampliar as competências de leitura e produção de textos. Conhecer diferentes gêneros textuais e aplicá-los na comunicação cotidiana e acadêmica. Praticar a escrita com clareza. Praticar a leitura de forma crítica, analisando, principalmente, as questões ambientais da contemporaneidade.	
Bibliografia Básica	
FERREIRA, Mauro. Aprender e praticar gramática. 3. ed. São Paulo: FTD, 2014. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. SARMENTO, Leila Lauer. Oficina de redação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.	
Bibliografia Complementar	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2014. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.	

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa	
Resíduos Sólidos Urbanos: Definição de Resíduos Sólidos, classificação, Limpeza urbana, Aspectos de valorização dos resíduos urbanos, reutilização e reciclagem, compostagem, degradação térmica (incineração e pirólise) de resíduos, aterros sanitários e aterros controlados. Conceitos de reciclagem, segregação e reutilização do lixo. Procedimentos artísticos para criação e construção de objetos. Os 4 “rs” (redução, reuso, recuperação e reciclagem): redução de geração de resíduos na fonte, reutilização, recuperação de materiais, água e energia, reciclagem, processos de reciclagem. Ciclo de vida. Uso racional de água e energia. Objetivos estratégicos da Logística Reversa; principais vertentes: ambiental, social, econômica e legal. Processo de Desenvolvimento de Novos Produtos sob uma perspectiva humanitária e sócio-ambiental. Funções do produto: prática, estética, simbólica e ecológica.	
Objetivos	
Apresentar ao aluno os tipos de resíduos sólidos gerados no setor público e privado, assim como, sua classificação e técnicas de tratamento e/ou disposição visando o menor impacto ambiental. Apresentar ao aluno a legislação ambiental específica sobre resíduos para facilitar no gerenciamento do mesmo. Compreender as etapas do gerenciamento dos resíduos sólidos. Mostrar a importância do gerenciamento dos resíduos no setor público e privado. Contribuir para análise crítica quanto aos diversos tipos de resíduos.	
Bibliografia Básica	
CASTILHOS JR., A.B. (coord.) Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte. Rio de Janeiro: ABES e RiMa, 2003. IPT/CEMPRE. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado . São Paulo, 2000. LIMA, L.M.Q. Lixo: tratamento e biorremediação . São Paulo: Hemus, 2004.	
Bibliografia Complementar	
BRAGA, B. (coord). Introdução à Engenharia Ambiental . 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. CALDERONI, S. Os bilhões perdidos no lixo . 4 ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. 2003 JARDIM, A.; YOSHIDA, C. & MACHADO FILHO, J.V. Política Nacional, gestão e gerenciamento de resíduos Sólidos . Barueri, SP: Manole, 2012. 732 p. MATOS, A.T. Tratamento e aproveitamento agrícola de resíduos sólidos . Viçosa, MG. Ed: UFV, 2014. 241p. VESILIND, P. A.; Morgani, S. M. Introdução à engenharia ambiental . Editora Cengage.2011. 456 p.	

Período de oferecimento: 2º	
Disciplina: Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas	Carga horária: 50h00 (40h Teórica e 10h Prática)
Ementa	

Ciclo hidrológico. Escoamento superficial, sub-superficial e base. Hidrogramas. Análise de Recorrência de Eventos Extremos. Medições de vazão. Origem e desenvolvimento da gerência de bacias hidrográficas. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Planejamentos de bacias hidrográficas quanto a capacidade de uso e aptidão agrícola. Caracterização hidrogeomorfológica e ambiental das bacias hidrográficas. Definição dos objetivos, prioridades e marco de referência de um plano de manejo. Participação social e comunitária como estratégia de planejamento. Questões técnicas, legais e institucionais. Parâmetros de qualidade das águas para diferentes usos. Outorga.

Objetivos

Capacitar os alunos para o planejamento integrado dos recursos hídricos. Dar subsídios para o monitoramento ambiental a partir de fiscalização e aplicação de políticas ambientais. Dar subsídios para a divisão de ambiência de maneira integrada com a produção objetivando monitorar os impactos sobre os recursos hídricos. Atender a demanda de profissionais com visão interdisciplinar sobre as bacias hidrográficas e os recursos hídricos, tanto da área pública ou privada.

Bibliografia Básica

BELTRAME, A . V. **Diagnóstico do meio físico de bacias hidrográficas**. Ed. UFSC. Florianópolis – SC. 1994.
 LIMA, W. P.; BRITO, M. Z. **As florestas plantadas e a água** – implemento o conceito de microbacia hidrográfica como unidade de planejamento. Ed. Rima. São Carlos – SP. 2006.
 MAGRINI, A .; SANTOS, M. A . **Gestão Ambiental da Bacias Hidrográficas**. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro – RJ.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Viviane dos Santos; et al. **Infiltração da água no solo**. 3ed. Viçosa: UFV, 2006.
 GARCEZ, L. N. **Elementos de engenharia hidráulica e sanitária**. São Paulo: Edgard Blucher, 2004. 372p.
 PINTO, N. L. de S.; HOLTZ, A. C. T.; MARTINS, J. A.; GOMIDE, F. L. S. **Hidrologia básica**. Edgard Blücher. São Paulo. 1976. 278p. (9a reimpressão, 2005).
 PRUSKI, Fernando Falco; BRANDÃO, Viviane dos Santos; SILVA, Demetrius David da. **Escoamento superficial**. 2ed. Viçosa: UFV, 2011.
 TUCCI, C. E. M. **Modelos hidrológicos**. 2ed. Porto Alegre: UFRGS. 2006. 678p.

Período de oferecimento: 3º

Disciplina: Legislação Ambiental | Carga horária: 66h40 (40h20 Teórica e 26h20 Prática)

Ementa

Origem e desenvolvimento da legislação ambiental; Premissas e características da legislação ambiental. Instituições e suas atribuições no cumprimento da legislação ambiental. Estrutura Organizacional, Institucional de Meio Ambiente Federal e Estadual. Fundamentos Constitucionais de Defesa e Proteção do Meio Ambiente – CF/88, capítulo VI, artigo 225. Legislação ambiental (Política Nacional do Meio Ambiente/Lei 6.938; Crimes Ambientais/ Lei 9.605; Engenharia Genética / Lei 8.974; Exploração Mineral/ Lei 7.805; Fauna Silvestre /Lei 5.197; Código Florestal / Lei 4.771; Parcelamento do Solo Urbano / Lei 6.766; Política Agrícola/ Lei 8.171; Recursos Hídricos / Lei 9.433; Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição/ Lei 6.803). Responsabilidades Civil e Criminal por Danos ao Meio Ambiente. Educação em direitos humanos.

Objetivos

Dar suporte para que o aluno utilize os preceitos legais para auxiliar a aplicação e a fiscalização ecológica e ambiental visando impedir a degradação e promover a restauração do equilíbrio ambiental.

Bibliografia Básica

CUSTÓDIO, H.B. **Direito Ambiental e questões jurídicas relevantes**. Campinas, SP. Ed. Millenium, 2005.
MORAES, L.C.S. **Código Florestal comentado**. 4.ed. São Paulo, Atlas. 2009
SILVA, G.E.N. **Direito Ambiental Internacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. 2002.

Bibliografia Complementar

SILVA, G. E. N. **Direito Ambiental Internacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Thex Ed. 2002.
WOLFF, S. **Legislação ambiental brasileira: grau de adequação à convenção sobre diversidade biológica**. Brasília: MMA. 2000. 88 p. (Biodiversidade 3)
FILHO, W.R; BERNARDO, C. **Guia prático de direito ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris LTDA, 1999.
FREITAS, V. P.; GILBERTO, P. Crimes contra a natureza. 8a Ed. São Paulo: **Revista dos tribunais**, 2006.
SEGUIN, E. **O direito ambiental: nossa casa planetária**.3a ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006.

Período de oferecimento: 3º

Disciplina: Poluição Atmosférica

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

Caracterização da atmosfera. Poluição da atmosfera: principais poluentes atmosféricos (poluentes primários, poluentes secundários) e fontes de poluição do ar (fontes fixas, fontes móveis). Problemas ambientais associados à qualidade do ar em escala local, regional e global. Caracterização dos problemas de saúde. Dispersão atmosférica dos poluentes. Elementos indicadores e de medição. Monitoramento dos poluentes atmosféricos. Descrição e critérios de dimensionamento dos equipamentos e processos utilizados para prevenir e controlar a emissão de poluentes atmosférico por fontes industriais e por veículos automotores. Inversão térmica. Controle da poluição do ar pelo disciplinamento do uso e ocupação do solo. Padrões de qualidade do ar. Poluição sonora: fontes de poluição, consequências da poluição sonora (padrões de emissão de ruídos) e controle da poluição sonora (controle da emissão de ruídos, proteção dos receptores, disciplinamento do uso e ocupação do solo).

Objetivos

Identificar as possíveis fontes e impactos da poluição do Ar. Planejar e monitorar ações preventivas e mitigadoras da poluição do ar.

Bibliografia Básica

DERÍSIO, J. C., **Introdução ao controle de poluição ambiental**. 2. ed. São Paulo: Signus editora, 2000. 166 p.
 MOTA S. **Introdução à Engenharia Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2000. 416 p.
 ROCCA, A. C. C. et al. **Resíduos Sólidos Industriais**. 2. ed. São Paulo: CETESB, 1993. 233p.

Bibliografia Complementar

AMARANTE JÚNIOR, O. P. de; VIEIRA, E. M.; COELHO, R. dos S. **Poluentes Orgânicos**. v: 1 São Carlos: RIMA, 2006. 160p.
 DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade sócio-ambiental**: perspectivas para a educação corporativa. São Paulo: SENAC. São Paulo, 2003.
 DUARTE, A.; Santos, T. R; PANTELEITCHOUK, A.; PREGO, R. **Ecotoxicologia e remoção de poluentes**: estudos na Península Ibérica. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
 MELO, I. S. de; AZEVEDO, J. L. de. **Microbiologia ambiental**. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1997. 440 p.
 WHITE, R. E. **Princípios e práticas da ciência do solo**: o solo como um recurso natural. 4. ed. São Paulo: Andrei, 2009. 426 p.

Período de oferecimento: 3º

Disciplina: Sistema de Tratamento de Água e Efluentes Líquidos

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

Fundamentos do tratamento de água para consumo humano. Princípios físico-químicos do tratamento da água. Sistemas de tratamento. Substâncias empregadas no tratamento da água para consumo. Padrão de potabilidade da água. Caracterização de efluentes líquidos. Níveis de tratamento de esgotos sanitários. Sistemas de Tratamento de efluentes líquidos. Projeto de sistemas sanitários. Natureza dos efluentes industriais: características físicas, químicas e biológicas. Legislação. Avaliação do Processo produtivo e racionalização do uso da água.

Objetivos

Conhecer e avaliar a eficiência dos principais sistemas de tratamento de águas e efluentes líquidos.

Bibliografia Básica

AQUARONE, Eugênio; BORZANI, Walter; ALMEIDA, Urgel Lima. **Tópicos de microbiologia industrial**. Ed. Blucher. São Paulo: 1975.231p.
 FOLEGATTI, MARCOS VINÍCIUS. **Artigos científicos do II Workshop de Fertirrigação**. Piracicaba: 2001.254p.
 VON SPERLING, M. **Introdução a Qualidade de Águas e ao Tratamento de Esgotos**.3.ed. Belo Horizonte. Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental. UFMG: 2005. 452p.

Bibliografia Complementar

MARTIN, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S. **Uso e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil: Desafios Teóricos e Político Institucionais**. São Carlos: RIMA. 2003.
 SETTI, Arnaldo Augusto; et.al. **Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos**.2.ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000.
 Agência Nacional de Águas –Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil, 2013. Agência Nacional de Águas, Brasília, 2013. 432 p.
 Agência Nacional de Energia Elétrica –Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos. 2ª ed. –Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000. 207 p.
 UNEP –Water Quality for Ecosystem and Human Health. United Nations Environment Programme Global Environment Monitoring System/Water Programme, 2008. 120 p.

Disciplina: Uso e Conservação dos Recursos Naturais	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
--	--

Ementa

Conceitos em ecologia e conservação. Histórico da criação das unidades de conservação. Amparo legal: SNUC e seus objetivos. Categoria de manejo: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional e Estadual, Monumento Nacional, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva Particular do Patrimônio Natural. Como implantar uma unidade de conservação. Posse e domínio nas unidades de conservação. Zoneamento nas unidades de conservação. Plano de manejo. Reservas da biosfera. Gestão e proteção das unidades de conservação. Jardins zoológicos e botânicos. Corredores ecológicos, reservas legais e áreas de preservação permanente.

Objetivos

Conhecer o histórico da criação das unidades de conservação no mundo e no Brasil. Conhecer o sistema nacional de unidades de conservação. Identificar as principais categorias de manejo de unidades de conservação. Conhecer os passos básicos para a implantação de unidades de conservação. Conhecer os principais critérios para a implantação de zoneamento nas unidades de conservação. Conhecer as principais estratégias de gestão e proteção das unidades de conservação.

Bibliografia Básica

MILANO, M. S. **Unidades de conservação: conceitos e princípios de planejamento e gestão.** Editora FUPEF, 1989.
 MARTINS, Sebastião Venâncio. **Recuperação e áreas degradadas: ações em áreas de preservação permanente, voçorocas, taludes rodoviários e de mineração.** 3.ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2013, 264p
 THEODOTO, Suzi Huff. **Conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Bibliografia Complementar

PRUSKI, Fernando Falco. **Conservação de solo e água: práticas mecânicas para controle da erosão hídrica.** 2. ed. Viçosa: UFV, 2009. 279p.
 LEPSCH, Igof. **19 lições de pedologia.** São Paulo: oficina de textos, 2011, 456p.
 TROEH, Frederick R; THOMPSON, Louis M. **Solos e fertilidade do solo.** 6 ed. São Paulo: Andrei, 2007. 718p.
 MALAVOLTA, Eurípedes; GOMES, Frederico Pimentel; ALACARDE, J.C. **Adubos e Adubações.** São Paulo: Nobe, 2000. 200p.
 SCHNEIDER, Paulo; GIASSON, Elvio; KLAMT, Egon. **Classificação de aptidão agrícola de terras: um sistema alternativo.** Guaíba: Agrolivros, 2007

Período de oferecimento: 3º

Disciplina: Avaliação de Impacto Ambiental	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
---	--

Ementa

Histórico da avaliação do impacto ambiental (AIA). Conceitos, diagnóstico e procedimentos de AIA. Conceitos de relatório ambiental preliminar (RAP) e EIA/RIMA e plano de controle ambiental (PCA). Metodologia do Procedimento de AIA. Métodos de Avaliação de Impactos. Regularização ambiental de empreendimentos. Principais legislações aplicáveis - âmbitos Federal, Estadual e Municipal. Como gerenciar o processo de Licenciamento Ambiental - LP, LI e LO.

Objetivos

Conhecer a legislação brasileira básica pertinente à Avaliação de Impactos Ambientais. Ter informações básicas sobre impacto ambiental, em termos de sua definição oficial, métodos de avaliação, classificação qualitativa e quantitativa e relação com os processos impactantes. Conhecer os principais conceitos na área de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA).

Bibliografia Básica

AB'SABER, A.N. **Base Conceituais e Papel do Conhecimento na Previsão de Impactos**. In: MÜLER, Clarita. Plantenberg e Azis AB' Saber (ORGS). Avaliação de Impactos. 1994. p. 27 - 50.
 BITAR, O. (ORG) **O Meio Físico em Estudos de Impacto Ambiental**. 25 p. 1990. IPT, Boletim 56.
 GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Bertrand Brasil, 2005.

Bibliografia Complementar

IBAMA. **Avaliação de impactos ambientais: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. 1995.
 KIRCHOFF, D. **Avaliação de risco ambiental e o processo de licenciamento: O caso do gasoduto de distribuição gás brasileiro**. Trecho São Carlos: Porto Ferreira (SP). 2004. Dissertação (Mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos, USP, 2004.
 MILARÉ, E. **Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil**. In: PLANTENBERG, Clarita Muller; AB'SABER, Azis (Eds.). Previsão de Impactos. 1994. p. 51-80.
 TOMMASI, L.C. **Avaliação de Impacto Ambiental**. São Paulo: CETESB. 1994.
 PRUSKI, Fernando Falco. **Conservação de solo e água: práticas mecânicas para controle da erosão hídrica**. 2. ed. Viçosa: UFV, 2009. 279p.

Período de oferecimento: 3º

Disciplina: Língua Estrangeira (Inglês I)

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

The Simple Present Tense:

- Personal Pronouns: Subjective case
- Verb “To Be” – affirmative, interrogative & negative forms
- Simple Present Tense for Regular & Irregular verbs ;auxiliary verb “Do” – affirmative, interrogative & negative forms
- Ordinal Numbers, Cardinal Numbers, Days of the Week, Months of the Year

The Present Continuous Tense

- The Present Continuous Tense –auxiliary verb “To Be”; “ING” verb form - affirmative, interrogative & negative forms

<ul style="list-style-type: none"> · Present Continuous Tense's adverbs: now, at present, etc. · Personal Pronouns: Objective case · Some, Any, No, None & compounds <p>The Present Perfect Tense</p> <ul style="list-style-type: none"> · The Present Perfect Tense – auxiliary verb “Have/Has”; past participle verb form · Adverbs and adverbial phrases for Present Perfect: Already, Yet, Ever
Objetivos
Habilitar o aluno em leitura, interpretação, elaboração e redação de textos em língua inglesa, por meio da aquisição do conhecimento de suas estruturas frasais, vocabulário e peculiaridades.
Bibliografia Básica
<p>AUN, E.; MORAES, M.C.P.; SANSANOVICZ, N.B. New English Point. São Paulo: Saraiva, 2004.</p> <p>WATKINS, M.; PORTER, T. Gramática da Língua Inglesa. São Paulo: Ática, 2009.</p> <p>RUBIN, S. G.; FERRARRI, M. Inglês para Ensino Médio. FTD, 2006.</p>
Bibliografia Complementar
<p>TAVARES, Kátia; FRANCO, Cláudio Way to Go – São Paulo: Atica, 2014</p> <p>MARTINEZ, RON. Como Dizer Tudo em Inglês: Fale A Coisa Certa Em Qualquer Situação. 32ª edição. São Paulo: Campus, 2000.</p> <p>GILBERT, Judy B. Clear Speech from the start: Basic pronunciation and listening comprehension in North American English.</p> <p>LIBERATO, W. A. Inglês doorway. São Paulo: FTD, 2004.(Coleção Delta)</p> <p>HORNBY, A.S. Oxford Advanced Learner's Dictionary . 6. ed . 2000.</p>

Período de oferecimento: 4º	
Disciplina: Análise de Riscos Ambientais e de Segurança no Trabalho	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
Aspectos e impactos ambientais, perigos, danos e riscos ocupacionais – definições. Exemplos de aspectos e impactos ambientais, perigos e danos ocupacionais. Objetivos da Avaliação de riscos ambientais. Metodologia de Avaliação. Avaliação dos riscos toxicológicos. Etapas do processo para a identificação dos aspectos e impactos ambientais, perigos e danos ocupacionais. Avaliação da significância dos riscos ambientais e ocupacionais. Definição de medidas de controle necessárias para tratar os riscos significativos. Estudo de casos. Interpretação dos requisitos das normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.	
Objetivos	
Capacitar para o domínio de técnicas de avaliação de riscos ambientais. Aplicar os conceitos de avaliação de riscos ambientais nos estudos de caso. Analisar e avaliar os riscos ambientais. Desenvolver mapas de riscos ambientais.	
Bibliografia Básica	

CETESB **Manual de orientação para elaboração de estudo e análise de riscos**. São Paulo, 1994.

DE CICCIO, Francesco. **Manual sobre sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho**. Vol.2. A Nova norma BS 8800. Risk Tecnologia: São Paulo, 1996.

PACHECO Jr. W. **Qualidade na Segurança e Higiene do Trabalho. SHT 9000 - Normas para Gestão e Garantia da Segurança e Higiene do Trabalho**. Editora Atlas S/A. São Paulo. 1995.

Bibliografia Complementar

DE CICCIO, Francesco M. G. A. F., FANTAZZINI, Mario Luiz. **Técnicas Modernas de Gerência de Riscos**. IBGR, 1985.

FILHO, Leonídio R. Ribeiro. **Técnicas de Segurança do Trabalho**. 1. ed. 1974.

FUNDACENTRO. **Curso de Engenharia de Segurança do Trabalho**. 1981.

MACK, CARLOS E. V. **Apostilas de: Integração dos Sistemas de Gestão de segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente, Qualidade e Outros, Saúde Ocupacional, Aerodispersóides, Gases e Vapores, Produtos Químicos Corrosivos ou Tóxicos, Líquidos Inflamáveis e Combustíveis**. Lorena: FAENQUIL, 2005.

MACK, Carlos E. V. **Identificação, avaliação e controle de riscos nas indústrias químicas**. Lorena: Faenquil, 2000.

ATLAS. Editora. **Manuais de Legislação: segurança e medicina do trabalho**, 2007.

Período de oferecimento: 4º

Disciplina: Gestão e Qualidade Ambiental

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

Gestão ambiental de setores primários, secundários e terciários. Gestão de qualidade de sistema, processo, produtos e serviços. Normas de gestão e qualidade ambiental. Sistema de gestão e controle de qualidade ambiental. Exigências e conformidades internacionais. Elaboração de um plano de gestão e qualidade ambiental.

Objetivos

Conhecer as ferramentas de gestão ambiental no setor primário e secundário. Identificar a forma de aplicação das ferramentas de gestão ambiental. Desenvolver conhecimento sobre a importância das ferramentas de gestão ambiental. Conhecer Técnicas de Monitoramento e recuperação do meio-ambiente. Conhecer legislação e administração ambiental primária e secundária. Conhecer e classificar os diferentes usos de um ambiente no setor primário e secundário. Adotar medidas mitigadoras dos problemas ambientais do setor produtivo primário e secundário. Elaborar programa e gerenciamento ambiental.

Bibliografia Básica

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 14001:2004 – Sistema de gestão ambiental – requisitos com orientações para uso.** Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA, J. R; MELLO, C. S; CAVALCANTI, Y. **Gestão Ambiental – Planejamento, avaliação, implementação, operação e verificação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2004.

ANDRADE, R. O. B; TACHIZAWA, T; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental – enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2002.

Bibliografia Complementar

BURSZTYN, M.A.A. **Gestão ambiental: instrumentos e práticas.** Brasília: IBAMA, 1994.

DIAS, L. F. S. S. **Gestão ambiental em pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

DIAS, G. F. **Pegada ecológica e sustentabilidade humana.** São Paulo: Ed. Gaia, 2006.

MOREIRA, M. S. **Estratégia e implantação do sistema de gestão ambiental (modelo ISO 14000).** Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial, 2001.

SANTOS, L. M. M. **Avaliação ambiental de processos industriais.** Ouro Preto: ETFOP, 2002.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo, Saraiva, 2004.

BRAGA, B. *et al.* **Introdução à Engenharia Ambiental.** São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Período de oferecimento: 4º

Disciplina: Energia e Meio Ambiente

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

Fontes renováveis e não renováveis de Energia, Energia Elétrica, Formas de Geração de Energia Elétrica, Caminhos da Energia Elétrica-Geração, Transmissão e Distribuição. Energia e o Meio Ambiente. Sustentabilidade social, ambiental e econômica, Cidadania, economia e responsabilidade sócio-ambiental. Física da geração e transmissão de energia. Eletricidade e seus aspectos técnicos. Aspectos práticos sobre o consumo de Energia Elétrica. Leitura do medidor de consumo residencial, Selo Procel, Equipamentos eficientes em energia e água, e Prática dos 3 R: Reduzir, Reutilizar, Reciclar.

Objetivos

Avaliar a oferta/demanda dos recursos energéticos na atividade produtiva brasileira e respectivos impactos ambientais

Bibliografia Básica

BRANCO, Samuel Murgel. **Energia e meio ambiente.** 13 ed. São Paulo: Moderna, 1996. 96p.

GOLDEMBERG, José. **Energia, meio ambiente e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: EDUSP, 1998.

PALZ, Wolfgang. **Energia solar e fontes alternativas.** São Paulo: Editora Hemus, 1995.

Bibliografia Complementar

GOBBI, N. FOWLER, H. G. **Análise ambiental, uma visão multidisciplinar**. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

KICKLEFS ROBERT, E. **A Economia da Natureza**. Editora Guanabara Koogan S.A. 2001. 504 p.

ODUM, H.T. (1996) **Environmental accounting—Emergy and environmental decision making**, Ed. John Wiley & Sons Ltd. p.370.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O . B. **Gestão Socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008.

TOWNSEND, C. R. **Fundamentos em Ecologia**. Colim R. Townsend, Michael Begon, John L. Harper; Tradução: Gilson Rudina; Pires Moreira [et. al.]. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 592 p.

Período de oferecimento: 4º	
Disciplina: Recuperação de Áreas Degradadas	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
<p>Conceitos de degradação e recuperação ambiental. Visão da recuperação ideal. Técnicas de regeneração artificial e natural. Modelos de plantio. Importância da produção e distribuição de mudas. Métodos de produção de mudas e sementes, materiais e equipamentos. Escolha e classificação de espécies. Bancos de sementes de espécies florestais. Legislação específica e certificação. Técnicas de pré-plantio e pós plantio. Linhas de pesquisa em recuperação de áreas degradadas empregadas por diversas áreas de especialização (Ciências agrárias, biológicas e geociências). Organização gerencial do trabalho em equipe na recuperação de áreas degradáveis Estudo de casos.</p>	
Objetivos	
<p>Avaliar, Planejar, Gerenciar e Recuperar áreas degradadas. Subsidiar os alunos para o monitoramento das áreas recuperadas.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>CORREA, S. C. Recuperação de áreas degradadas pela mineração no Cerrado: manual para revegetação. Ed. Universo. Brasília – DF. 2006.</p> <p>GONÇALVES, W.; PAIVA, H. N. Silvicultura urbana: implantação e manejo. Ed. Aprenda Fácil. Viçosa – MG. 2006.</p> <p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade das zonas costeira e marinha. Brasília – DF.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ANDRADE, J. C. M.; Fitorremediação: o uso de plantas na melhoria da qualidade ambiental. Ed. Oficina de Texto. São Paulo – SP. 2007.</p> <p>OLIVEIRA – FILHO, A . T. Catálogo das Árvores Nativas de Minas Gerais. Ed. UFLA. Lavras – MG. 2006.</p> <p>OLIVEIRA, JR.; R. S. CONSTANTIN, J. Plantas daninhas e seu manejo. Ed. Agropecuária, Guaíba. 2001. 362 p.</p> <p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Produção sustentada em florestas. Brasília – DF. 2000.</p>	

SILVA, M. A . A . **Recuperação de áreas de encosta**. LCTE. São Paulo – SP. 2005.

Período de oferecimento: 4º

Disciplina: Projetos e Planejamento Socioambiental

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

Desenvolvimento de projetos de cunho sócio-ambiental nas esferas governamental, empresarial e de organizações não-governamentais. Estudos de caso de projetos governamentais nos níveis municipal, estadual e federal. Estudos de caso de projetos de empresas multinacionais e transnacionais, de ONG's, além de projetos apresentados por de Organizações Internacionais.

Objetivos

Preparar os alunos a desenvolverem metodologias que permitam o planejamento e avaliação de projetos de responsabilidade socioambiental.

Bibliografia Básica

LANFREDI, G. F. **Política ambiental**: busca de efetividade de seus instrumentos – 2 ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MOTA, S. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: UFC/PROEDI, 1981.

SACHS, IGNACY. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 152p

Bibliografia Complementar

HAROLDO TORRES e HELOISA COSTA (Org). **População e Meio Ambiente – debates e desafios**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.

LANFREDI, GERALDO FERREIRA. **Política ambiental**: busca de efetividade de seus instrumentos – 2 ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PAUL E. LITTLE. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF: IIEB, 2003

SACHS, IGNACY. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 152p

TACHIZAWA, TAKESHY. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 .

Período de oferecimento: 4º	
Disciplina: Perícia Ambiental	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
Definição, características e objetivos. Aplicação da perícia ambiental nos instrumentos de defesa do meio ambiente. Áreas de atuação do perito e assistente técnico. Honorários periciais. Documentos periciais. Noções de avaliação de impacto ambiental. Métodos de perícia ambiental. Crimes ambientais. Penalidades disciplinares ou compensatórias. Valoração de danos ambientais.	
Objetivos	
Desenvolvimento de habilidades e competências na área de perícia ambiental	
Bibliografia Básica	
<p>ALMEIDA, J.R. Perícia ambiental judicial e securitária. Rio de Janeiro: Thex, 2006, 500 p.</p> <p>CUNHA, S. b. da e GUERRA, A. J. T. Avaliação e Pericia Ambiental. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.</p> <p>D'AVIGNON, A.; LAROVERE, E. L. Manual de auditoria ambiental. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BARROS, W. P. Curso de direito ambiental. 2ª ed. SP: Atlas, 2008. 530 p.</p> <p>CARVALHO, A. et al. Sistema ISO de gestão ambiental. São Paulo: CQ -Qualidade, 1996.</p> <p>IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil. 1984. Rio de Janeiro, 1984. 988p. il.</p> <p>MAZZILLI, H. N. A defesa dos interesses difusos em juízo: Meio ambiente e consumidor e outros interesses difusos e coletivos. 7ª Ed., SP:Saraiva, 1995.</p> <p>QUEIROZ, E. P. Perícia Ambiental: A arma contra os crimes e infrações ambientais. Campo Grande,: DHT-UFMS, 2006.</p>	

Período de oferecimento: 4º	
Disciplina: Língua Estrangeira (Inglês II)	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	

<p>The Simple Past Tense Verb “To Be” – affirmative, interrogative & negative forms Simple Past Tense for Regular & Irregular verbs; auxiliary verb “Did” – affirmative, interrogative & negative forms Past Tense related adverbs: yesterday, ago, etc. Simple Past X Past Continuous : adverb “While (Whilst)” Dates, Addresses; The Past Continuous Tense The Past Continuous Tense –auxiliary verb “To Be”; “ING” verb form - affirmative interrogative & negative forms Past Continuous Tense related adverbs: then, at that moment, etc. Possessive Adjectives and Pronouns The Genitive Case: ‘s cases Prepositions of Place and Time: In, On, At The Past Perfect Tense The Past Perfect Tense – auxiliary verb “Had”; past participle verb form Adverbs and adverbial phrases for Present Past: before, the moment, etc. Simple Past X Past Perfect: adverb “When</p>
Objetivos
Habilitar o aluno em leitura, interpretação, elaboração e redação de textos em língua inglesa, por meio da aquisição do conhecimento de suas estruturas frasais, vocabulário e peculiaridades.
Bibliografia Básica
AUN, E.; MORAES, M.C.P.; SANSANOVICZ, N.B. New English Point . São Paulo: Saraiva, 2004. WATKINS, M.; PORTER, T. Gramática da Língua Inglesa . São Paulo: Ática, 2009. RUBIN, S. G.; FERRARRI, M. Inglês para Ensino Médio .FTD, 2006.
Bibliografia Complementar
TAVARES, Kátia; FRANCO, Cláudio Way to Go – São Paulo: Atica, 2014 MARTINEZ, RON. Como Dizer Tudo em Inglês: Fale A Coisa Certa Em Qualquer Situação. 32ª edição. São Paulo: Campus, 2000. LIBERATO, W. A. Inglês doorway . São Paulo: FTD, 2004.(Coleção Delta) TOTIS, V. P. Língua Inglesa: Leitura . São Paulo: Cortez, 1991. HORNBY, A.S. Oxford Advanced Learner’s Dictionary . 6. ed . 2000.

Período de oferecimento: 5º	
Disciplina: Geotecnologia básica	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
<p>Noções de cartografia e Geodésia (Coordenadas geodésicas e UTM). Características, tipos de receptores e aplicações do GPS de navegação. Introdução à teoria dos erros. Precisão e acurácia de GPS de navegação. Interpretação de imagens do Google Earth para o monitoramento ambiental. Características, tipos e aplicações das imagens do Google Earth. Precisão e acurácia de imagens do Google Earth. Técnicas de levantamento de campo (GPS e Google</p>	

Earth):marcação de pontos,delimitação de polígonos e linhas. Geotecnologias para perícia ambiental (espacialização de coordenadas obtidas por aparelhos de GPS de navegação, delimitação de APPs). Aplicativos e interfaces do Google Earth. Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Objetivos

Capacitar os alunos na utilização de GPS para fins de projetos e pericias ambientais.

Bibliografia Básica

HOFMANN-WELLENHOF, B.; LICHTENEGGER, H. ; WASLE, E. GNSS –Global Navigation Satellite Systems, GPS, GLONASS, Galileo and more. Springer-Verlag Wien, 2008.501p.

KALINOWSKI, S.R. **Utilização do GPS em trilhas e cálculo de áreas**. Rio de Janeiro: LCT, 2006. 190p.

LEICK, A. **GPS Satellite Surveying**. 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p.

Bibliografia Complementar

BRANDALIZE, A. A. **Cartografia digital**. Curitiba, PR: GIS Brasil 98, 1998.

CÂMARA, G.; MEDEIROS, J. S. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –INPE, 1996.

LEICK, A. **GPS Satellite Surveying**. 3. ed. Ed. Wiley, 2004. 464p.

SEGANTINE, P.C.L. **GPS Sistema de Posicionamento Global**. EESCUSP, São Carlos, 2005, 364p.

LANFREDI, GERALDO FERREIRA. **Política ambiental: busca de efetividade de seus instrumentos** – 2 ed. rev, atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

Período de oferecimento: 5º

Disciplina: Inovação	Empreendedorismo e	Carga horária: 33h20 (33h20 Teórica)
--------------------------------	--------------------	--------------------------------------

Ementa

Noções básicas de administração. Características do empreendedor. O empreendedorismo e o econegócio, oportunidades e problematização – Incubadoras de empresas. Estudo de mercado, parcerias e fontes de financiamento. Ética e responsabilidade social. Produtos e processos inovadores. Obtenção de registro de patentes.

Objetivos

Identificar, compreender e quantificar os elementos e fatores do desenvolvimento sustentável. Incluir no cotidiano do aluno pensamento de tecnologias inovadoras

Bibliografia Básica

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. 2001.

CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração**. 3ª. Ed. São Paulo: Mc Graw – Hill, 1987.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. 2000.

Bibliografia Complementar

TACHIZANA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social e Corporativa:** Estratégia de negócios focadas na realidade brasileira. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
 BERNARDI, L.A. **Manual do empreendedorismo e gestão, estratégias e dinâmicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
 CHIAVENATO, I. **Teoria Geral da Administração.** 3a. ed. São Paulo: Mc Graw – Hill, 1987.
 MAXIMIANO, A . C. A . **Teoria Geral da Administração.** 2000.
 DORNELLAS, J.C.A. **Plano de Negócios, exemplos práticos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Período de oferecimento: 5º	
Disciplina: Língua Estrangeira (Inglês aplicado)	Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)
Ementa	
<p>The Simple Future Tense: Simple Future with “Will” – affirmative, interrogative & negative forms; Simple Future with “Going to” – affirmative, interrogative & negative forms; Simple Future related adverbs; Reflexive Pronouns</p> <p>The Future Continuous Tense: Future tense of “To Be”+ “ing” form: affirmative, interrogative & negative forms; Future Continuous related adverbs and adverbial phrases;</p> <p>The Future Perfect Tense: Auxiliary “Will Have” + Past Participle; affirmative, interrogative & negative forms; Time Clauses;</p>	
Objetivos	
Identificar termos técnicos sobre análises ambientais. Trabalhar a compreensão de textos na área ambiental. Construir textos básicos, usando as estruturas gramaticais e termos técnicos adequados através de estratégias cognitivas e aspectos linguísticos. Desenvolver projetos ambientais utilizando a língua Inglesa como fonte de pesquisa.	
Bibliografia Básica	
MUNHOZ, R. Inglês instrumental: estratégias de leitura, módulo I. 1.ed. São Paulo: Textonovo, 2004. SOUZ et al, AGF. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental.. 1. Ed. São Paulo: Disal, 2005. MURPHY, R. English grammar in use.. 3. Ed. Cambridge: CUP, 2004.	
Bibliografia Complementar	
TAVARES, Kátia; FRANCO, Cláudio Way to Go – São Paulo: Atica, 2014 MARTINEZ, RON. Como Dizer Tudo em Inglês: Fale A Coisa Certa Em Qualquer Situação. 32ª edição. São Paulo: Campus, 2000. LIBERATO, W. A. Inglês doorway. São Paulo: FTD, 2004.(Coleção Delta) TOTIS, V. P. Língua Inglesa: Leitura. São Paulo: Cortez, 1991.	

HORNBY, A.S. **Oxford Advanced Learner's Dictionary** . 6. ed . 2000.

Período de oferecimento: 5º

Disciplina: Projeto Ambiental Final

Carga horária: 200h (50 h teórica e 150 Prática)

Ementa

Metodologia de elaboração do projeto de técnico. Escolha de tema para estudo. Planejamento do projeto. Elaboração de projeto técnico ambiental em conformidade com a legislação.

Objetivos

Desenvolvimento e apresentação de um trabalho técnico ambiental (RCA, PCA, Perícia ambiental, PRAD, Projeto socioambiental, Avaliação de Impacto ambiental, CAR. Preparar os alunos a desenvolverem metodologias que permitam o planejamento, confecção e avaliação de projetos ambientais.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 7 ed. São Paulo: Atlas. 2006. 174p.

BARBOSA FILHO, M. **Introdução à Pesquisa:** Métodos, técnicas e instrumentos. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1980, 261p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, J. R. **Gestão ambiental:** para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.

BRAGA, B. et. al. **Introdução à Engenharia Ambiental.** São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda –Nacional, 2002. 305 p.

BRASIL. **Cartilha de licenciamento ambiental/** Tribunal de Contas da União; com colaboração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. --2.ed. --Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2007. 83 p. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2059156.PDF>.

MOURA, Mauro Gomes de. **Manual técnico do licenciamento ambiental com EIA-RIMA-**Porto Alegre: FEPAM, 2006. 1.ed.2006. 65p. Disponível em:http://www.bage.rs.gov.br/pdmi/anexo_1_-_manual_tecnico_do_licenciamento_com_eia_-_rима.pdf.

TAUK, SM (org.). **Análise Ambiental:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP. 1995.

Período de oferecimento: OPTATIVA

Disciplina: LIBRAS

Carga horária: 33h20 (18h20 Teórica e 18h20 Prática)

Ementa

A história do surdo. Abordagens educacionais. Postura do educador no contexto da inclusão. Leis que garantem os direitos dos surdos. Universo cultural e identidade do surdo. Línguas de sinais: diferenças e regionalismos; composição e estrutura; morfologia, sintaxe e semântica; a

expressão facial/corporal como elemento linguístico. Vocabulário básico em LIBRAS (Alfabeto; Numeral; Apresentação pessoal; Cumprimentos; Calendário; Cores; Família; Lugares; Lazer; Tempo; Verbos; Sentimentos; Características e descrição). Técnicas de interpretação.
Objetivos
1. Desenvolver nos alunos habilidades e competências básicas em Libras.
Bibliografia Básica
BRANDÃO, Flávia. Dicionário ilustrado de libras: língua brasileira de sinais . São Paulo: Globo, 2011. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de. Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados . 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2012. ALMEIDA, Elizabeth Oliveira Crepaldi de et al. Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS . 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2013. GESSER, Audrei. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS . São Paulo: Parábola, 2012. HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez . São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. SANTANA, Ana Paula. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas . São Paulo: Plexus, 2007.

12. METODOLOGIA

Baseia-se na “mediação pedagógica” que significa o tratamento dos conteúdos e das formas de expressão dos diferentes assuntos (disciplinas), a fim de tornar possível o ato educativo dentro do horizonte de uma educação concebida como participação, criatividade, expressividade e relacionalidade. O tratamento pedagógico propriamente dito, desenvolve os procedimentos mais adequados, para que a autoaprendizagem se converta em ato educativo. Deve-se adotar novas posturas metodológicas como o trabalho com projetos transversais, multidisciplinaridade, novas formas de avaliação que considerem o espírito crítico em detrimento da “decoreba” de conteúdos, novas formas de encarar as atividades práticas e os estágios (incorporando, neste caso, a noção de práticas socioeducativas nos projetos de curso), entre outras.

Indicadores são sinalizadores de processos e de resultados relativos a uma dada ação planejada. Funcionam como um "termômetro" criado para orientar e aferir a

observação, registro e avaliação de planos, programas, ações pretendidas. São concebidos a partir de parâmetros, padrões, concepções expostas no plano de ação previsto. Devem ser claros e consensualizados de forma a permitir a todos os envolvidos (coordenadores, gestores, equipes técnicas, comunidade) observar e acompanhar o desempenho do plano de ação, que todos passam a participar na avaliação da ação em que todos estão envolvidos.

Orientam a coleta de informações, isto é, orientam a escolha de instrumentos (roteiros de observação, fichas, questionários, testes, provas, etc.) e os modos de coleta (coordenadores, lideranças, famílias, comunidade, organizações).

Dentre as principais atividades práticas previstas no processo de ensino e aprendizagem, constam:

Aula prática: atendimento com duração estabelecida na matriz curricular do curso em que a aula se aplica, envolvendo atividades apenas práticas, ou teóricas e práticas, na sala de aula ou espaço alternativo, conforme programação feita pelo professor e previsão nos projetos de curso;

Visita técnica: visita orientada de alunos e professor a ambientes de produção ou serviço relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho. Pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica;

Atividade de extensão: atividade complementar orientada pelos professores (feira, mostra, oficina, visita técnica, encontros, etc.) que desenvolva algum conteúdo trabalhado em sala de aula ou ambiente assemelhado, na área do curso, e que pode ser computada como aula se estiver previsto no plano de curso da referida disciplina;

Atividade de pesquisa científica: atividade complementar orientada por professor, a partir de um projeto de pesquisa e ou de inovação, vinculada ou não a programas de fomento, como os de Iniciação Científica, e que não pode ser computada como aula.

Estágio: prática profissional (obrigatória) realizada em ambiente preparado para a formação profissional na prática, fora do momento de aula, com carga horária específica estabelecida no projeto de curso e regulamentação em documento próprio;

O aluno do curso Técnico em Meio Ambiente poderá desenvolver projetos de cunho ambiental junto com os professores do curso, ou com os técnicos administrativos de apoio ao curso, ou com instituições/órgãos públicos ou privados conveniados com a

instituição.

O desenvolvimento destes projetos pelo aluno contribui para a formação de recursos humanos qualificados, visto que promovem melhoria das capacidades técnicas do aluno, abre a mente para novas ideias, muitas das vezes criativas e inovadoras, promovem melhoria no dinamismo e na comunicação e habilitam o aluno a trabalhar em equipe.

Todas essas habilidades adquiridas pelo aluno, com o desenvolvimento de projetos, auxiliam na aquisição de maior experiência na área afim, preparando o mesmo para o mercado de trabalho, que se encontra cada dia mais exigente em técnicos qualificados.

13. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio curricular faz parte da organização curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente sendo obrigatório para a obtenção de Certificações de Nível Técnico e Habilitação. Para a realização do estágio curricular obrigatório, as áreas acadêmicas obedecerão ao disposto no presente regulamento, no Projeto Pedagógico do Curso, bem como na Lei 11.788/08 e na Resolução 059/2010, do Conselho Superior do IFSULDEMINAS, que dispõe sobre a Aprovação da Normatização para Estágios.

O estágio poderá ocorrer a partir do segundo semestre e o aluno deve cumprir a exigência mínima de 200 horas.

Para aprovação no estágio, o estudante deverá cumprir o número de horas programadas e exigidas pelo IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes, conforme regimento de estágio.

As normas específicas constarão no regimento de estágio elaborado e aprovado por órgãos competentes do IFSULDEMINAS.

O estágio supervisionado a ser desenvolvido no Curso Técnico em Meio Ambiente visa assegurar ao aluno condições necessárias a sua integração com o mercado de trabalho, abrangendo atividades de prática profissional orientadas e supervisionadas em situações reais de trabalho, ensino e aprendizagem.

O aluno apto a realizar Estágio Supervisionado pode ainda, solicitar a Direção do IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes, junto à Coordenação de Integração Escola Comunidade (CIEC), a realização de, no máximo, 50% da carga horária do mesmo, no

próprio *Campus*.

A carga horária diária do estágio será de no máximo 6 horas se for realizado durante o período escolar e de no máximo 8 horas se for realizado no período das férias.

14. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC) / ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não serão exigidas.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação está intrinsecamente ligada ao processo pedagógico e deverá servir para diagnosticar os resultados e traçar novas metas para o processo ensino aprendizagem, possibilitando, aos professores e estudantes, a identificação dos avanços alcançados, dos caminhos percorridos e dos novos rumos a serem seguidos. Hoje a avaliação, conforme define Luckesi (1996, p. 33) "é como um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão".

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação a programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. Toda resposta ao processo de aprendizagem, é uma questão a ser considerada por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, sendo assim, um novo ponto de partida, para um recomeço de novas tomadas de decisões.

A avaliação deve estar vinculada à prática adotada em sala de aula, favorecendo a aprendizagem, e articulada à mudança da metodologia de ensino. Cabe, também, ao professor, desenvolver um processo de autoavaliação contínua para que possa identificar possíveis desvios em relação a esse processo.

No ato da avaliação serão considerados os seguintes critérios:

- capacidade de interpretação e análise crítica;
- habilidade na leitura de códigos e linguagens;
- postura cooperativa ética;

- capacidade de raciocínio multi-relacional e interativo;

Instrumentos de Avaliação:

- provas objetivas e subjetivas com análise, interpretação e síntese;
- resoluções de situações/problemas;
- trabalhos de pesquisa ou de campo;
- projetos interdisciplinares;
- atividades experimentais/laboratoriais.

Os resultados de toda e qualquer avaliação, incluindo a frequência, serão computados e divulgados ao final de cada mês no Sistema Acadêmico.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão ser explicitados aos discentes no início do período letivo e devem estar previstos nos planos de ensino. O docente poderá alterar o critério de avaliação desde que tenha parecer positivo do colegiado de curso com apoio da equipe pedagógica.

15.1. Da Frequência

É obrigatória, para a aprovação, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina. O controle da frequência é de competência do docente, assegurando ao estudante o conhecimento mensal de sua frequência. Como ação preventiva, o docente deverá comunicar formalmente a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro setor definido pelo *campus*, casos de faltas recorrentes do discente que possam comprometer o processo de aprendizagem do mesmo e também no sentido de evitar sua evasão.

Só serão aceitos pedidos de justificativa de faltas para os casos previstos em lei, sendo entregues diretamente no setor definido pelo *campus* em que o discente está matriculado.

a. Em caso de atividades avaliativas, a ausência do discente deverá ser comunicada por ele, ou responsável, ao setor definido pelo *campus* até 2 (dois) dias após a data da aplicação. Formulário devidamente preenchido deverá ser apresentado ao mesmo setor no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a data de seu retorno à instituição. Neste caso, o estudante terá a falta justificada e o direito de receber avaliações aplicadas no período/dia.

São considerados documentos para justificativa da ausência:

I – Atestado Médico;

II – Certidão de óbito de parentes de primeiro e segundo graus;

III – Declaração de participação em evento acadêmico, esportivo, científico e cultural;

III – Atestado de trabalho, válido para período não regular da disciplina.

O não comparecimento do discente à avaliação a que teve direito pela sua falta justificada implicará definitivamente no registro de nota zero para tal avaliação na disciplina.

Havendo falta coletiva de discentes em atividades de ensino, será considerada a falta e o conteúdo não será registrado. Mesmo que haja um número reduzido de estudantes, ou apenas um, em sala de aula, o docente deve ministrar o conteúdo previsto para o dia de aula, lançando presença aos participantes da aula.

15.2 Da verificação do rendimento escolar e da aprovação

O registro do rendimento acadêmico dos discentes compreenderá a apuração da assiduidade e a avaliação do aproveitamento em todos os componentes curriculares.

O docente deverá registrar diariamente o conteúdo desenvolvido nas aulas e a frequência dos discentes no sistema acadêmico.

Nos planos de ensino deverão estar programadas, no mínimo, uma avaliação bimestral, sendo que cada avaliação não deverá ultrapassar a 50% do valor total do semestre. O docente deverá publicar as notas das avaliações e revisar as avaliações em sala de aula até 14 (quatorze) dias consecutivos após a data de aplicação.

Após a publicação das notas, os discentes terão direito a revisão de prova, devendo num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, formalizar o pedido através de formulário disponível na seção de registros escolares.

O resultado do módulo/período será expresso em notas graduadas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitida, no máximo, a fração decimal.

Será atribuída nota zero (0,0) a avaliação do discente que deixar de comparecer às aulas, nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

Para efeito de aprovação ou reprovação em disciplina, serão aplicados os critérios abaixo, resumidos no Quadro 3:

I - O discente será considerado APROVADO quando obtiver nota nas disciplinas (MD) igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e frequência (FD) igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), no total da carga horária da disciplina.

II - O discente que alcançar nota inferior a 60% (sessenta por cento) na disciplina terá direito à recuperação. O cálculo da média da disciplina recuperação (MDr) será a partir da média aritmética da média da disciplina (MD) mais a avaliação de recuperação. Se a média após a recuperação (MDr) for menor que a nota a disciplina antes da recuperação, será mantida a maior nota.

III - Terá direito ao exame final, ao término do módulo/período, o discente que obtiver média da disciplina igual ou superior a 30,0% (trinta por cento) e inferior a 60,0% (sessenta por cento) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O cálculo do resultado final da disciplina (RFD), após o exame final correspondente ao período, será a partir da média ponderada da média da disciplina após a recuperação, peso 1, mais a nota do exame final, peso 2, esta somatória dividida por 3.

IV- O exame final é facultativo para o aluno. Na ausência do aluno no Exame Final, será mantida a média semestral da disciplina.

a. Não há limite do número de disciplinas para o discente participar do exame final.

b. Estará REPROVADO na disciplina o discente que obtiver nota inferior a 60,0% (sessenta por cento) ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em cada disciplina.

Quadro 3. Resumo de critérios para efeito de aprovação.

Nota final obtida	Situação
$MD \geq 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	APROVADO
$MD < 60,0\%$	RECUPERAÇÃO DISCIPLINA
$30,0\% \leq MDr < 60,0\%$ e $FD \geq 75\%$	EXAME FINAL
$MD < 30,0\%$ ou $RFD < 60,0\%$ ou $FD < 75\%$	REPROVADO

MD – média da disciplina;
FD – frequência total das disciplinas;
MDr – média da disciplina recuperação
RFD – resultado final da disciplina.

O discente terá direito a revisão de nota do exame final, desde que requerida na seção de registros escolares num prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação da nota.

O discente deverá repetir a disciplina do módulo/período que foi reprovado. A reprovação em número igual ou superior a 3 (três) disciplinas, no semestre, acarretará a retenção no módulo/período devendo cumpri-las, primeiramente, para continuar sua promoção. Não sendo ofertadas as disciplinas em dependência, o discente poderá dar continuidade ao curso e cumprirá, obrigatoriamente, todas as dependências quando ofertadas. Caso o discente reprove em até 2 (duas) disciplinas poderá, se houver compatibilidade de horário, matricular-se no módulo/período seguinte, acrescido dessas disciplinas.

Será admitida a dependência orientada para alunos reprovados, em até duas disciplinas, por nota e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), após análise do Colegiado do Curso. Entende-se por dependência orientada a prática pedagógica acompanhada por um docente. No início do período letivo, o docente apresentará ao Coordenador de Curso um Plano de Trabalho.

O discente terá o dobro do tempo normal do curso contado a partir da data de ingresso no primeiro período como prazo máximo para conclusão do mesmo. Não serão computados, para efeito de contagem do prazo máximo para conclusão, os períodos de trancamento de matrícula.

15.3 Do conselho de classe

O Conselho de Classe Pedagógico de caráter consultivo e diagnóstico deverá ser previsto em calendário acadêmico com a presença de todos os docentes e coordenador de curso, bem como representantes discentes, supervisão pedagógica, representante da equipe multidisciplinar e coordenador geral de ensino ou representante indicado que discutam evolução, aprendizagem, postura de cada discente e façam as deliberações e intervenções necessárias quanto à melhoria do processo educativo.

O Conselho de Classe Pedagógico deverá se reunir uma vez, após decorrido no mínimo 50% do semestre letivo e deverá ser presidido pelo Coordenador de Curso.

O Conselho de Classe Final (semestral) é deliberativo e constituído por todos os docentes da turma, coordenador do curso, representantes da equipe multidisciplinar

(pedagogo, psicólogo, assistente de aluno, assistente social) e Coordenador Geral de Ensino/Coordenador de Ensino ou representante indicado que deliberará sobre a situação do discente que não obteve aprovação em até 2 (duas) disciplinas/eixos temáticos ou equivalente conforme Projeto Pedagógico de Curso, possibilitando ou não a sua promoção. Somente os docentes terão direito ao voto para a promoção do discente. Em caso de empate, o Coordenador do Curso terá o voto de Minerva. Deverá ser feito ata que sendo assinada por todos será enviada para a seção de registros escolares.

15.4. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

15.4.1 Terminalidade Específica

A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, LDBEN, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, prevê uma certificação de escolaridade chamada terminalidade específica para os estudantes que, em virtude de suas deficiências, não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental. O Conselho Nacional de Educação, mediante o Parecer CNE/CEB Nº 2/2013, autoriza a adoção da terminalidade específica na educação profissional para estudantes dos cursos técnicos de nível médio desenvolvidos nas formas articulada, integrada, concomitante, bem como subsequente ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja.

Segundo a Resolução 02/2001 do CNE, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica [...] *é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.* A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino

fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, através dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE, o direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009). Dessa forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas.

Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo aí a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho. A mesma legislação (Resolução 02/2001 do CNE) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desse procedimento, para o mundo do trabalho.

Assim, estas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício destas funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

15.4.2 Flexibilidade Curricular

Adaptações curriculares deverão ocorrer no nível do projeto político pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do aluno com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem ser relativas a priorização de áreas, unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

- Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

- Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante, levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A avaliação institucional é um orientador para o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. Envolve desde a gestão até o funcionamento de serviços básicos para

o funcionamento institucional. Essa avaliação acontecerá por meio da Comissão Própria de Avaliação.

Os resultados da auto avaliação relacionados ao Curso Técnico em Meio Ambiente, modalidade subsequente, serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

17. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Não será exigido.

18. APOIO AO DISCENTE

O IFSULDEMINAS *Campus* Inconfidentes apoia o atendimento ao discente oferecendo serviços de restaurante com refeições diárias, alojamento, setor de enfermagem/odontologia e biblioteca, todos prestados sem nenhum ônus ao corpo discente.

Nestes serviços oferecidos ao corpo discente, o alojamento é limitado, por ainda não dispor de infraestrutura suficiente para a expansão do atendimento. No entanto, encontra-se em fase de expansão dado a construção de um novo prédio com capacidade de atendimento para 96 discentes e quanto à alimentação, esta pode ser gratuita ou subsidiada. O Instituto dispõe de um programa de bolsa alimentação para atender discentes, no caso gratuita, quando o discente desempenha atividades em algum setor do *Campus*. A alimentação subsidiada consiste na venda de tickets aos alunos com preço mais baixo.

Apoia ainda com programas de auxílio a moradia, auxílio didático pedagógico, auxílio alimentação e auxílio transporte, promovendo condições de permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso. Para conseguir estes auxílios os alunos enviam documentos solicitados em edital divulgado por imprensa oficial os quais são avaliados por uma comissão julgadora. O auxílio moradia consiste da ajuda financeira para cobrir parcialmente ou de forma integral, dependendo do custo do imóvel alugado. O auxílio didático pedagógico consiste em ajuda financeira para compra de material obrigatório durante a graduação. O auxílio alimentação consiste em ajuda financeira para a compra de ticket alimentação do *Campus* ou compra de alimentos a serem

consumidos em casa. E por fim, o auxílio transporte consiste na liberação de recursos financeiros para subsidiar por completo ou em parte a vinda diária do aluno ao *Campus*.

O corpo discente e docente conta também com assessoramento de outros profissionais especializados por meio da seção de orientação educacional, supervisão pedagógica, psicologia escolar, assistência social, os quais atuam como equipe multidisciplinar fazendo o acompanhamento psicopedagógico, auxiliando, orientando e aconselhando, na tentativa de dirimir os problemas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem. Esses profissionais efetuam, na medida do possível, o atendimento individual dos discentes, buscando diagnosticar problemas que transcendem a solução no âmbito da sala de aula, estabelecendo contato com a família do educando para que a mesma seja uma parceira no processo socioeducacional.

O departamento de desenvolvimento educacional (DDE) articula-se com a direção-geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

A coordenação geral de ensino (CGE) desenvolve atividades de suporte à Direção de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange a elaboração, tramitação, organização, recebimento e expedição de documentos referentes ao ensino; gerencia materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos; conta com auxílio de uma equipe de pedagogos para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

A coordenação de integração escola comunidade (CIEC) proporciona aos estudantes a realização de cursos, estágios para os alunos, seminários, palestras, visitas técnicas, entre outras iniciativas que formam um elo entre a sociedade e o Instituto. Entre as atribuições da CIEC está a criação de normas e mecanismos que, além de propor a integração entre o *Campus*, empresas e comunidade, apoiem programas que atendam a comunidade externa, visando melhorias na qualidade de vida da população.

O setor de biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

Há ainda pessoal de apoio para os laboratórios com a presença integral de técnicos nas áreas de informática, química, agropecuária, alimentos, agrimensura, geodésica, cartografia e geoprocessamento.

É importante salientar também, que o *Campus* Inconfidentes permanece em funcionamento o ano todo, dado a natureza de suas atividades. Desta forma, todos esses serviços de apoio ao ensino são oferecidos de janeiro a janeiro, mesmo em ocasiões de fins de semana, feriados e férias escolares, respeitando-se, evidentemente, os períodos de férias trabalhistas dos profissionais que neles atuam.

Com esse perfil complexo e dinâmico, a Instituição faz cumprir seu papel de responsabilidade social, trazendo para sua comunidade escolar, além de uma saudável miscigenação cultural, pessoas que adquirem algo além do conhecimento acadêmico gratuito.

18.1. Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação terão direito a adaptação curricular, que deverá ser elaborada pelos docentes com assessoria/acompanhamento do NAPNE e formalizada no plano educacional individualizado conforme resolução 073/2015 do IFSULDEMINAS.

19. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Vários recursos estarão à disposição dos docentes e discentes como facilitados do processo de ensino aprendizagem, como por exemplo, data show, sala de vídeo e biblioteca. A internet poderá ser utilizada como recurso para a identificação, avaliação e integração de uma grande variedade de informações como um meio para a colaboração, conversação, discussões, troca e comunicação de ideias.

20. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

Não se aplica

21. MECANISMO DE INTERAÇÃO

Não se aplica

22. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Haverá aproveitamento de conteúdos curriculares nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade subsequente, dentro do mesmo nível para dispensa de disciplina, de acordo com o calendário acadêmico.

Excepcionalmente, será dado ao estudante o direito de aproveitamento de disciplinas cursadas em nível superior, desde que seu conteúdo seja analisado pelo coordenador do curso e professores da área das disciplinas e aprovado pelo Colegiado de Curso. Poderá ser aproveitado no máximo 20% (vinte por cento) do total das disciplinas. O discente deverá frequentar as aulas até que a(s) dispensa(s), em caso de deferimento, seja/sejam Registrada(s) no Sistema de Registros Acadêmicos.

23. CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

23.1 Atuação do Coordenador

A figura do coordenador vem para contribuir com o processo ensino aprendizagem auxiliando no planejamento de atividades educacionais que melhorem a capacitação discente para o mercado de trabalho. Assim todas as atribuições do coordenador estão descritas na Portaria de número 299 de 07 de novembro de 2014 que trata de publicar as atribuições dos coordenadores de cursos técnicos, aprovadas em reunião do colegiado acadêmico de 31/10/2014.

23.2 Corpo Docente

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Área de atuação
Ademir José Pereira	Doutorado	DE	Meio Ambiente
Ana Cristina Ferreira Moreira da Silva	Doutorado	DE	Alimentos
Cleber Kouri de Souza	Doutorado	DE	Agronomia

Éder Clementino dos Santos	Doutorado	DE	Meio Ambiente
Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestrado	DE	Português
Fernanda Góes	Especialização	DE	Administração
Jamil de Moraes Pereira	Doutorado	DE	Agronomia
José Hugo de Oliveira	Mestrado	DE	Inglês
Lilian Vilela Andrade Pinto	Doutorado	DE	Meio Ambiente
Lucia Ferreira	Doutorado	DE	Agrimensura
Luciana Faria	Mestrado	DE	Informática
Luiz Carlos Dias Rocha	Doutorado	DE	Meio Ambiente
Luiz Flávio Reis Fernandes	Mestrado	DE	Meio Ambiente
Max Wilson de Oliveira	Mestrado	DE	Física
Márcio Luiz da Silva	Mestrado	DE	Meio Ambiente
Miguel Angel Isaac Toledo del Pino	Doutorado	DE	Agrimensura
Rafael Cesar Bolleli da Silva	Mestrado	DE	Biologia
Rodrigo Palomo de Oliveira	Doutorado	DE	Zootecnia
Selma Gouvêa de Barros	Mestrado	DE	Meio Ambiente
Sindynara Ferreira	Doutorado	DE	Agronomia
Verônica Soares de Paula Morais	Mestrado	DE	Alimentos

23.3 Corpo Administrativo

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Setor de atuação
Adriana Silva Oliveira	Assistente Social	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Aline Silva dos Santos	Assistente Social	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Ângela Regina Pinto	Bibliotecária	40h	Biblioteca
Lucio Adriano Galvão de Oliveira	Assistente de Alunos	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Bruno Manoel Rezende de Melo	Técnico em Agropecuária	40h	Coordenação Geral de Produção e Desenvolvimento
Carla Pacheco Gouvea	Psicóloga	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Cleonice Maria da Silva	Pedagoga	40h	Supervisão pedagógica
Edison Clayton Pistelli	Técnico em Agropecuária	40h	Cooperativa-Escola
Eduardo de Oliveira Rodrigues	Engenheiro Químico	40h	Núcleo de Tecnologia de Laboratórios
Fábio Brazier	Pedagogo	40h	Supervisão Pedagógica
Gilcimar Dalló	Técnico de Tecnologia da Informação	40h	Núcleo de Tecnologia da Informação
Heleno Lupinacci Carneiro	Analista de Tecnologia da Informação	40h	Núcleo de Tecnologia da Informação
José Roberto de Carvalho	Técnico em Agropecuária	40h	Coordenação Geral de Produção e Desenvolvimento
Lindolfo Ribeiro da Silva Junior	Assistente em Administração	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Maria de Lourdes Gervásio	Assistente em Administração	40h	Biblioteca
Oswaldo Francisco Bueno	Técnico em Agropecuária	40h	Incubadora
Patrícia Guidi Ramos Pistelli	Auxiliar de	40h	Registros Escolares

Pedro Paulo Oliveira	Nutricionista	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Rafael Gomes Tenório	Assistente em Administração	40h	Supervisão Pedagógica
Rafaella Lacerda Crestani	Pedagoga	40h	Orientação Educacional
Oswaldo Franciso Bueno	Técnico em Agropecuária	40h	Incubadora
Sheila Guidi Soares Pistelli	Assistente em Administração	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando
Taciano Benedito Fernandes	Técnico em Laboratório	40h	Núcleo de Tecnologia da Informação
Tânia Gonçalves Bueno da Silva	Assistente de Alunos	40h	Coordenação Geral de Assistência ao Educando

24. INFRAESTRUTURA

24.1. Biblioteca, Instalações e Equipamentos

A Biblioteca Central “Afonso Arinos” possui uma área de 719,056 m², dos quais 503,08 m² atendem a 250 usuários. Este espaço é dividido da seguinte forma: uma sala, atrelada ao acervo bibliográfico, para estudo em grupo, que possui 10 mesas redondas com 05 (cinco) assentos cada uma, 10 computadores para acesso à Internet para fins de digitação de trabalhos escolares e de pesquisa na internet; uma sala verde, contendo acervo bibliográfico de: material impresso (100 livros, 60 periódicos), material audiovisual (25 fitas de vídeo, 05 CD-ROM); uma videoteca, contendo televisor e DVD; sala para processamento técnico, contendo dois computadores, sendo 01 para fazer a catalogação do acervo bibliográfico e 01 para fazer o empréstimo domiciliar; sala de estudos, contendo cabines para estudo individual; guarda-volumes; banheiros masculino e feminino, e banheiro masculino e feminino para portador de necessidades especiais.

Em suas dependências existe uma sala de estudo individual e outra para estudos em grupo, com capacidade para 36 e 60 pessoas, respectivamente, e também sala de reuniões e sala para vídeo conferencia. A sala de vídeo conferencia possui equipamentos para oferecer o ensino a distância para os alunos e servidores do *Campus*.

O acervo bibliográfico da Biblioteca “Afonso Arinos” é constituído de material impresso (11.085 livros, 886 periódicos); material audiovisual contendo 140 fitas de vídeo, 10 CD-ROM, 50 slides. É utilizada a Tabela de Classificação Decimal de Dewey, a Tabela de Cutter-Sanborn, Código de Catalogação Anglo-Americano para fazer o processamento técnico deste acervo bibliográfico. Este acervo será disponibilizado em base de dados catalográfica para ser consultado por meio da internet, utilizando um software que atende as necessidades da instituição e do usuário.

A Biblioteca “Afonso Arinos” oferece para os seus usuários os seguintes serviços: orientação aos usuários, serviço de referência virtual, empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, normalização bibliográfica, comutação bibliográfica, pesquisa bibliográfica em base de dados, disseminação seletiva de informações, serviço de reprografia.

24.2. Laboratórios

O *Campus* Inconfidentes conta com uma área total de 254,32 ha sendo a área construída superior a 40.000 m², destinadas prioritariamente a apoiar o desenvolvimento educacional, de pesquisa e extensão, integrando o processo pedagógico e a formação da cidadania.

O Curso Técnico em Meio Ambiente tem a sua disposição no *Campus* Inconfidentes 15 (quinze) laboratórios de apoio que possibilitam o aluno a desenvolver e exercitar as competências/habilidades do Curso. A área e a listagem dos equipamentos de cada laboratório encontram-se descritos abaixo.

Laboratório de Análises de águas, Manejo de bacias Hidrográficas, Agroecologia e Resíduos Sólidos encontram-se locado no Centro de Procedimentos Ambientais (CPA) (Área 600 m²). O CPA foi concebido com o intuito de atender a uma demanda interna e externa crescente de ensino, pesquisa e extensão dos alunos do *Campus* Inconfidentes e da comunidade regional como um todo no que se refere à análises ambientais. O CPA é um complexo moderno que contém 6 laboratórios, uma câmara fria, 4 salas de professores atendendo 2 professores por sala e um auditório para 180 lugares, sendo que por enquanto estão instaladas 100 cadeiras fixas modernas e confortáveis. Destaca-se que todos estes ambientes atende a acessibilidade a portadores de necessidades especiais e contém ar condicionado.

Laboratório de Análises de águas (Área 24,0 m²): condutivímetro; turbidímetro de bancada e portátil; bloco digestor DQO; bloco digestor de nitrogênio; fotocolorímetro para cor e de curvas; incubadora DBO microprocessada; oxímetro microprocessado; pHmetro; garrafa coletora; garrafa de kemmerer; mini estufa microbiológica; Surber; balança analítica.

Laboratório de Manejo de Bacias Hidrográficas (Área 24,0 m²): 2 computadores notebook Positivo ligados a internet, placa aquecedora, turbidímetro de mesa, pluviômetro, pluviógrafo, súbber para coleta de macroinvertebrados bentônicos, vara de medição de altura de 7m, suta de 80cm, duas trenas de 50m, 2 paquímetros de 25cm analógico, 2 paquímetros de 60cm digital, balança analítica para até 210g, dois dessecadores, podão para coleta de sementes, tesoura de jardinagem, penetrômetro de impacto, amostrador de solos tipo Uhland com 1 cilindro de 70x70mm de diâmetro acompanhado de 30 anéis de alumínio de 70x70mm de diâmetro e 4 pares de perneiras. Destaca-se ainda uma coleção de livros (Inventário Florestal do Estado de Minas Gerais – 7 livros; Manejo sustentado da candeia nativa e plantada), revistas científicas (MG-Biota, Agro DBO e Agrogeoambiental) e Trabalhos de Conclusão de Curso.

Laboratório de Agroecologia (Área 24,0 m²): Câmara fotográfica acoplada a um monitor de LCD, 4 BOD, puças, livros ditáticos, balança analítica.

Laboratório de Resíduos sólidos (Área 60 m²): Livros relacionados a resíduos sólidos e a educação ambiental, material de consumo (diferentes tipos de papéis, cola, caneta) para confecção de material de conscientização, balança semi-analítica.

Laboratório de análise de alimentos (Área 177,4 m²), contendo: banho maria; estufa para esterilização e secagem; destilador de água; bomba de vácuo e pressão; forno de mufla; autoclave vertical; destilador de água; cúpula de vidro borossilicato; estufa cultura (bacteriológica); centrífuga de mesa com tecla de toque suave; deionizador de água completo; barrilete; capela para exaustão de gases; agitador magnético com aquecimento; aquecedor Hotlabl; agitador magnético e de tubos; microscópio estereoscópico binocular.

Laboratório de microbiologia (Área 25,0 m²), contendo: microscópio binocular; autoclave vertical; balança analítica digital; estufa para esterilização e secagem; estufa bacteriológica; estufa bacteriológica; capela para exaustão de gases; contador de colônia; destilador; banho maria; balança analítica.

Laboratório de biotecnologia (Área 70,0 m²): microcomputador; capela de fluxo laminar; autoclave vertical; banho maria; destilador/deionizador; balança de precisão; geladeira; balança comum; freezer; forno microondas; estufa para esterilização; estufa para secagem; agitador magnético de tubo; condicionador de ar; lupa simples; micropipeta automática; peneira em aço inox e Surber para coleta de macro e mesoinvertebrados bioindicadores.

Laboratório de análises químicas de solos (Área 157 m²): armário de madeira; determinador eletrônico de umidade de cereais; refrigerador; moinho do tipo wille; balança eletrônica digital; mesa de madeira; armário de aço; phmetro eletrônico digital de bancada; balança de precisão; colorímetro micrométrico fotoelétrico; desumificador de ar; agitador de peneiras com relógio; fotômetro de chama; microscópio binocular; agitador magnético com aquecimento; bloco digestor de alumínio; destilador de nitrogênio semi-automático; espectrofotômetro de absorção atômica; jogo de vidraria completo para análise química do solo; jogo de peneiras; pia/cuba para fracionamento de limo e argila; estufa; mufla; capela; cambiador para 99 amostras; destilador de água; computadores equipados com impressoras.

Laboratório de geoprocessamento (Área 72,0 m²): computadores em rede; estereoscópicos de espelhos e de bolso; projetor multimídia; programas Idrisi, Topograph, Cad, bancadas com cadeira, mapoteca vertical, impressora jato de tinta e a laser, mesas e cadeiras de escritório; aquecedores; ar condicionado; desumidificador.

Laboratório de topografia (Área 78,0 m²): teodolitos; telefone; gaveteiro; armários.

Laboratório de geomática: GPS geodésico e de navegação; estação total; carregador de baterias; servidor exclusivo; scanner; impressora; ploter; mesa digitalizadora; estações de trabalho; mesas; cadeiras giratórias e fixas; mapoteca; teodolitos eletrônicos; rádios de comunicação; bastões para primas; bi-pé para bastão; níveis; aparelho de ar-condicionado; garrafa térmica; tripés de alumínio e de madeira universais; planímetro; miras de alumínio e de madeira; projetor multimídia; gaveteiro; armários.

Laboratório de física do solo (90 m²): dispersores de solo, densímetros, jogo de peneiras, amostrador de Uhland, penetrômetro, conjunto de anéis concêntricos, aparelho Casa Grande, agitador Yoder, balança de precisão.

Laboratórios de informática (área de 128 m²): são dois laboratórios, um com 36 máquinas e outro com 31 máquinas, todas com os programas necessários para o desenvolvimento das atividades propostas nas disciplinas.

Laboratório de Sementes (área de 40 m²): peneiras de separação de sementes, balança analítica, germinadores tipo BOD, estufa, balança analítica.

Laboratório de Geologia: coleção de rochas e minerais.

25. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

Não se aplica

26. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

O IFSULDEMINAS expedirá diploma de TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, em Nível Médio Subsequente aos alunos que concluírem todas as exigências do curso, ou seja, aprovação em todas as disciplinas e entrega do Estágio Curricular Obrigatório, conforme descrito neste Projeto Pedagógico.

A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme o cerimonial do *Campus*, com data prevista no Calendário Escolar. Caso o discente esteja ausente na colação de grau em data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2014.

BRASIL. Constituição Federal, 1998. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto Nº 5.626/2005. Define sobre a Disciplina de Libras.

BRASIL. Decreto nº 7.037/2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008 e Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

BRASIL. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Lei nº 9.503/97. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Definem sobre Políticas de Educação Ambiental.

BRASIL. Lei nº 9.795/99. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Parecer 67/2003. Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 39, de 08 de dez. 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.

BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Parecer n.º 11 de 12/06/2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 02, de 02 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 06, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. Resolução N° 031/2013, de 11 de outubro de 2013: dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos Subsequentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

28. ANEXOS

28.1 Matriz de transição

Resolução nº 069/2013 de 25 de novembro de 2013: dispõe sobre a aprovação da reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente – *Campus Inconfidentes*.

Componentes Curriculares	Semestre		Semestre		Semestre		Semestre		CHR
	CH	CHR	CH	CHR	CH	CHR	CH	CHR	
Química e Meio Ambiente	40	33h20							33h20
Saúde e Meio Ambiente	40	33h20							33h20
Solos e Meio Ambiente	40	33h20							33h20
Desenvolvimento Sustentável	40	33h20							33h20
Biologia Ambiental	40	33h20							33h20
Ecologia	40	33h20							33h20
Informática Básica			20	16h40					16h40
Bioestatística Aplicada			40	33h20					18h20
Agroecologia			40	33h20					33h20
Técnica de Redação Científica			40	33h20					33h20
Gerenciamento de Resíduos Sólidos			40	33h20					33h20
Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas			60	50h00					50h00
Legislação Ambiental					80	66h40			66h40
Poluição Atmosférica					40	33h20			33h20
Sistema de Tratamento de Águas e Efluentes Líquidos					40	33h20			33h20
Uso e Conservação dos Recursos Naturais					40	33h20			33h20
Avaliação de Impacto Ambiental					40	33h20			33h20
Análise de Riscos Ambientais e de Segurança do Trabalho							40	33h20	33h20
Gestão e Qualidade Ambiental							40	33h20	33h20
Energia e Meio Ambiente							40	33h20	33h20
Recuperação de Áreas Degradadas							40	33h20	33h20
Projetos e Planejamento Socioambiental							40	33h20	33h20
Empreendedorismo e Inovação							40	33h20	33h20
Carga Horária Total	240	200h	240	200h	240	200h	240	200h	800h
Total Geral	800h								
Estágio Curricular	200h								
Carga Horária Total do Curso	1000h								

28.2 Tabela com leis, decretos e portarias.

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Edição 2014.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras

providências.
BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília, 2004.
BRASIL. Decreto nº 7.037/2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.
BRASIL. Lei nº 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.
BRASIL. Lei nº 10.741/2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.
BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
BRASIL. Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. Brasília, 2009.
BRASIL. Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
BRASIL. Lei nº 9.503/97. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.
BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 39, de 08 de dez. 2004. Aplicação do Decreto n. 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.
BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 8, de 06 de março de 2012. Define as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
BRASIL. Parecer n.º 11 de 12/06/2008. Institui o Catálogo Nacional dos Cursos

Técnicos. Brasília, 2008.
BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 02, de 02 de janeiro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.
BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 06, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.
BRASIL. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. <i>Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.</i>
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. Resolução Nº 031/2013, de 11 de outubro de 2013: dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Técnicos Subsequentes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.